



CNE CONSELHO
NACIONAL DE
EDUCAÇÃO

Relatório de Atividades 2018

I – Introdução	3
II – Atividades Desenvolvidas	7
III – Estrutura Organizacional e Funcional	22
IV – Orçamento e Execução Financeira	48
V – Balanço do Trabalho Realizado	49
ANEXO – Programas de Seminários	52

I – Introdução

Estatutariamente, o Conselho Nacional de Educação (CNE) é um órgão independente “com funções consultivas e deve, sem prejuízo das competências próprias dos órgãos de soberania, proporcionar a participação das várias forças sociais, culturais e económicas na procura de consensos alargados relativamente à política educativa”.

Para além da emissão de pareceres, que respondem a solicitações do Governo e da Assembleia da República, a sua independência e autonomia expressam-se, sobretudo, no estabelecimento de uma agenda própria, através da definição de áreas de intervenção consideradas fundamentais para a melhoria da Educação e da elaboração de recomendações por sua iniciativa. A sua missão cumpre-se igualmente através de um conjunto de outras atividades, designadamente a organização de seminários e colóquios, realização de estudos, audição de especialistas e a publicação dos documentos produzidos no âmbito da sua ação.

O Plano Plurianual de Atividades do CNE para 2018-2021, que perspetiva a sua ação no quadriénio, tem em conta, entre outros, a situação educativa nacional, as prioridades definidas pelo Governo nas GOP, a vontade expressa de alcançar as metas acordadas no âmbito da União Europeia e da ONU e as transformações tecnológicas e científicas que se anteveem. Define os objetivos estratégicos e as temáticas a abordar durante o período considerado, bem como as atividades a desenvolver em 2018, das quais se dá conta neste relatório.

Uma parte significativa do trabalho do Conselho resulta da ação das Comissões Especializadas previstas na alteração ao Regimento aprovada na sessão plenária de 12 de dezembro de 2017, cujas temáticas centrais passaram a ser as seguintes: Necessidades e desafios educativos das crianças (1ª Comissão); Necessidades e desafios educativos dos jovens (2ª Comissão); Necessidades e desafios educativos dos adultos (3ª Comissão); Atores e recursos da educação (4ª Comissão); Gestão das ofertas de educação (5ª Comissão); Desafios do futuro (6ª Comissão).

Na sua atividade consultiva, o CNE aprovou em 2018 sete pareceres e uma recomendação.

O Parecer sobre regime jurídico da educação inclusiva no âmbito da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário respondeu a uma solicitação do Ministério da Educação sobre o projeto de Decreto-Lei que procede à revisão do Regime jurídico da educação inclusiva no âmbito da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário. **O Parecer sobre regime jurídico das instituições que se dedicam à investigação científica e desenvolvimento**, o **Parecer sobre**

regime jurídico de reconhecimento de graus académicos e outras habilitações atribuídas por instituições de ensino superior estrangeiras, o Parecer sobre regime jurídico dos centros académicos clínicos, o Parecer sobre o estatuto do estudante internacional, o Parecer sobre o regime jurídico de graus e diplomas do ensino superior resultaram de pedidos do Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, que pretendeu ouvir o Conselho sobre a Proposta de Lei 51/2018, de 14 de fevereiro, que estabelece o regime jurídico das instituições que se dedicam à investigação científica e desenvolvimento, sobre o propósito de ampliar a abertura do sistema de ensino superior português ao contexto internacional e consolidar o espírito e implementação da reforma de Bolonha, sobre a Proposta de Decreto-Lei que estabelece o regime jurídico aplicável aos Centros Académicos Clínicos (CAC), sobre o Projeto de Decreto-Lei que altera o Estatuto do Estudante Internacional, que pretende modificar o Decreto-Lei n.º 36/2014, alterado pelo Decreto-Lei n.º 113/2014, sobre a Proposta de Decreto-Lei que altera o regime jurídico dos graus e diplomas do Ensino Superior – Decreto-Lei n.º 38/2018, respetivamente.

O **Parecer sobre currículo dos ensinos básico e secundário** foi elaborado em resposta a um pedido do Ministério da Educação para que se pronunciasse sobre “Projeto de Decreto-Lei sobre o currículo dos Ensinos Básico e Secundário” que constitui a sétima revisão curricular do Ensino Básico (2002, 2007, 2008, 2011 e 2012) e do Ensino Secundário (2004, 2006, 2007, 2008, 2011 e 2012) após a revisão participada do currículo de 2001 (DL n.º 6/2001 e DL n.º 7/2001, de 18 de janeiro).

Por iniciativa da 5ª Comissão Especializada Permanente, o Conselho aprovou uma **Recomendação sobre “Transferência de competências para as autarquias locais e entidades intermunicipais no que se refere à rede pública de educação pré-escolar e de ensino básico e secundário, incluindo o ensino profissional”**, tendo sido igualmente elaborado o Relatório Técnico: *Participação autárquica na gestão das ofertas de educação e formação*.

Foram diversos os seminários realizados no CNE ao longo de 2018. Em parceria com a EUNEC (Rede Europeia dos Conselhos de Educação) o Seminário *Promoting citizenship and common values through education* decorreu em março e trouxe a Lisboa participantes e oradores de vários países europeus. Ainda em março, o seminário *Ensino Superior em Portugal, uma estratégia para o futuro* contou com as participações de autores de alguns dos diferentes estudos, ensaios e reflexões sobre o ensino superior, publicados em Portugal, e pretendeu promover o debate sobre as principais conclusões e recomendações resultantes do relatório da OCDE *Review of the Tertiary Education, Research and Innovation System in Portugal*.

O Seminário *Educação para todos: os invisíveis, os discriminados e os outros*, realizado em maio, teve como objetivo contribuir para identificar e resolver problemas das crianças e grupos que são mais invisíveis e discriminados e aprender com experiências que ajudem as escolas a adotar práticas mais adaptadas à diversidade dos que as frequentam.

Em setembro, o Seminário *Educação de adultos: ninguém pode ficar para trás* chamou a atenção para a importância de “uma política pública de educação e formação da população adulta que esteja presente em todos os lugares e momentos da vida e possa abranger a ampla diversidade de áreas da experiência humana”.

A celebração dos 70 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos e dos 40 anos da Convenção Europeia dos Direitos Humanos foi o mote para a organização do Seminário *Os Direitos Humanos Hoje - 70 anos da Declaração Universal* que decorreu no CNE em novembro, bem como de uma exposição de cartazes alusivos ao tema.

Ainda em parceria com o GILM - Grupo Informal de Literacia Mediática, decorreu em dezembro o IV FILM - Fórum Informal de Literacia Mediática com o tema *Que competências para a revolução digital?* que tinha “subjacente a ideia de que os desafios colocados pela revolução digital exigem o domínio de um conjunto complexo de competências, englobando não apenas as ligadas ao acesso e uso da tecnologia ou à produção de novos conteúdos ,mas igualmente as de compreensão, avaliação e análise crítica dos conteúdos e dos seus efeitos”.

A constatação de um certo número de escolas e alunos “resilientes “, que ultrapassam o que seriam desempenhos exatáveis em função dos contextos socioeconómicos desfavoráveis, nomeadamente nos resultados alcançados no PISA 2015, levam o CNE a pretender aprofundar o seu estudo visando a identificação de fatores que contribuem para essa melhoria. Esta análise foi iniciada em 2018, através da realização de um conjunto de audições a diretores, professores e encarregados de educação de escolas que se enquadravam nessa situação.

Foram igualmente efetuadas audições relativas aos projetos de alteração legislativa sobre descentralização para as autarquias locais de competências do setor da educação; ao Projeto de autonomia e flexibilidade curricular dos ensinos básico e secundário (PAFC) e à Educação e Formação de Adultos. Em sede de reuniões plenárias, foram ouvidos o Inspetor-Geral da Educação e Ciência, Dr. Luís Capela, que apresentou ao Conselho o relatório sobre “Avaliação Externa das Escolas” 2014/2015 a 2016/2017; o Presidente da Comissão Diretiva do POCH- Programa Operacional Capital Humano, Dr. Joaquim Bernardo, sobre as principais linhas de orientação e os pilares que estruturam a reprogramação do POCH; a Senhora Secretária de Estado Adjunta e da

Educação, Prof.^a Doutora Alexandra Leitão, sobre as políticas de descentralização, designadamente as medidas previstas no projeto de decreto-lei sectorial da educação e o Presidente da Comissão Nacional de Acesso ao Ensino Superior, Prof. Doutor João Pinto Guerreiro, sobre as propostas e estudos desenvolvidos no âmbito do acesso ao ensino superior e evolução do número de vagas, pelo Grupo de Trabalho que coordena.

O CNE divulgou em novembro de 2018 o relatório *Estado da Educação 2017*. Para além da evolução de indicadores que se mantêm desde 2010, o documento tem como tema introdutório as metas de educação e formação / Estratégia Europa 2020 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 adotada pelas Nações Unidas. De igual modo, o relatório debruça-se sobre a questão do interior português através da observação desta variável ao longo dos vários capítulos e de um conjunto de artigos sobre o tema na Parte II.

O Conselho Nacional de Educação continua a considerar o seu sítio na *internet*, o meio privilegiado de divulgação da sua atividade e de estudos e relatórios provenientes de diferentes instituições, ligados às questões da Educação. A atualização permanente da informação e a disponibilização das atas de seminários, relatórios e estudos tem constituído uma preocupação constante.

II – Atividades Desenvolvidas

II.1. Emissão de Pareceres e Recomendações

O Conselho Nacional de Educação tem como uma das suas atividades principais a emissão de Pareceres e Recomendações, a pedido do Governo, da Assembleia da República e por iniciativa própria. Em 2018, o CNE elaborou e aprovou em sessão plenária os seguintes pareceres e recomendação:

Parecer sobre regime jurídico da educação inclusiva no âmbito da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário

O Ministério da Educação remeteu ao Conselho Nacional de Educação, nos termos do n.º 2 do artigo 3º da Lei Orgânica do CNE, aprovada pelo Decreto-Lei nº 21/2015, de 3 de fevereiro, o projeto de Decreto-Lei que procede à revisão do regime jurídico da educação inclusiva no âmbito da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário, para emissão do competente parecer.

Para sustentar uma fundamentação suficientemente clara e desenvolvida, o Parecer faz um enquadramento internacional da temática, analisa os normativos nacionais, revisita a reflexão já produzida no CNE, aprecia globalmente o projeto de Decreto-Lei, e elabora algumas recomendações, nomeadamente sobre as funções dos professores de Educação Especial, as equipas multidisciplinares, os centros de apoio à aprendizagem, recursos materiais e humanos, constituição de turmas e medidas que ajudem as escolas a aprofundar as suas práticas inclusivas e a proporcionar a todos os alunos possibilidades de sucesso.

Parecer sobre regime jurídico das instituições que se dedicam à investigação científica e desenvolvimento

O Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior solicitou parecer ao CNE sobre a Proposta de Lei nº 51/2018, de 14 de fevereiro, que estabelece o regime jurídico das instituições que se dedicam à investigação científica e desenvolvimento.

A iniciativa legislativa encontra a sua motivação na revisão e atualização do "Regime Jurídico das instituições que se dedicam à investigação científica e desenvolvimento tecnológico", de 1999 (aprovado pelo Decreto-Lei nº 125/99, de 20 de abril), e assume-se em convergência com recomendações apresentadas pela OCDE no início de fevereiro de 2018, em resultado da avaliação dos sistemas de ensino superior, ciência, tecnologia e inovação, desenvolvida durante 2016 e 2017, por solicitação do Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior.

O Parecer analisa o projeto de diploma na generalidade e percorre todos os seus capítulos concluindo que “Embora existam claramente interfaces entre a ciência, a tecnologia e a inovação, esta Proposta de Lei não parece separar com clareza diversas realidades, para as quais há que definir objetivos, missões e estratégias diferentes. Acresce ser necessário fazer o devido enquadramento das Instituições de I&D com novas tipologias no contexto das Instituições do ensino superior, sejam estas Universitárias ou Institutos Politécnicos, bem como com as Instituições de I&D onde a comunidade científica se encontra presentemente integrada. Sendo a autonomia das Instituições de Investigação Científica essencial, pois a sua falta é fortemente limitadora das suas atividades, algum estatuto especial para as atividades de investigação científica deveria também ser salvaguardado. Nesta Proposta de Lei são definidas linhas gerais e direções a seguir, algumas de saudar, mas são também deixadas muitas questões em aberto que necessitam de ser esclarecidas, clarificadas ou revistas, conforme detalhado neste Parecer.”

Parecer sobre regime jurídico de reconhecimento de graus académicos e outras habilitações atribuídas por instituições de ensino superior estrangeiras

O propósito do diploma proposto é o de ampliar a abertura do sistema de ensino superior português ao contexto internacional e consolidar o espírito e implementação da reforma de Bolonha, através da “remoção de obstáculos à mobilidade, nomeadamente através da promoção da comparabilidade entre sistemas e graus de ensino superior, e da introdução de ferramentas transparentes que facilitem a sua implementação e que contribuam para estes objetivos”.

O Parecer entende que a alteração proposta se revela como muito positiva, nomeadamente num contexto de internacionalização do ensino superior português.

Parecer sobre regime jurídico dos centros académicos clínicos

O Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior solicitou parecer ao Conselho Nacional de Educação sobre a Proposta de Decreto-Lei que estabelece o regime jurídico aplicável aos Centros Académicos Clínicos (CAC).

O Parecer considera a proposta de diploma um documento extremamente importante pois estabelece o quadro de funcionamento, bem como o de avaliação dos CAC, e apresenta vários aspetos positivos. Realça, no entanto, “alguns pontos que deverão ser clarificados e, eventualmente, modificados, de forma a criar um quadro contextual que permita uma implementação e desenvolvimento adequados dos CAC”.

Parecer sobre o estatuto do estudante internacional

Este parecer responde a uma solicitação do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (MCTES) que pretendia ouvir o CNE sobre o Projeto de Decreto-Lei que altera o Estatuto do Estudante Internacional.

Partindo do facto de que, ao longo das duas últimas décadas, o número de estudantes estrangeiros inseridos em instituições de ensino superior em Portugal tem vindo a aumentar significativamente, entendeu o Governo ser necessário modificar e adaptar o anterior Estatuto a novas realidades.

No seu Parecer, o CNE qualifica o projeto de diploma como “pertinente, abrangente e globalmente adequado à realidade, permitindo salvaguardar situações existentes e acautelar realidades emergentes” e apresenta algumas recomendações específicas e outras relativas a estratégias de implementação.

Parecer sobre currículo dos ensinos básico e secundário

A pedido do Ministério da Educação, o Conselho Nacional de Educação pronunciou-se sobre o “Projeto de Decreto-Lei sobre o currículo dos Ensinos Básico e Secundário” que constitui a sétima revisão curricular do Ensino Básico (2002, 2007, 2008, 2011 e 2012) e do Ensino Secundário (2004, 2006, 2007, 2008, 2011 e 2012) após a revisão participada do currículo de 2001 (DL n.º 6/2001 e DL n.º 7/2001, de 18 de janeiro).

O Parecer considera “da maior relevância a presente proposta de Decreto-Lei, uma vez que procura criar condições para que a escola possa promover aprendizagens significativas e contextualizadas que respondam aos avanços sociais e tecnológicos do mundo atual” e realça aspetos tais como: a importância do reconhecimento da autonomia das escolas e do alargamento; a valorização de outras áreas curriculares como as artes, as TIC e a cidadania, alertando para a necessidade de se divulgar, tanto cedo quanto possível, os documentos que definem as aprendizagens essenciais e para a possibilidade de mobilização de recursos quando necessários e devidamente fundamentados; a possibilidade de os alunos do ensino secundário poderem adotar um percurso formativo próprio, através da escolha ou permuta de disciplinas.

Parecer sobre o regime jurídico de graus e diplomas do ensino superior

O Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (MCTES) solicitou ao Conselho Nacional de Educação (CNE) um Parecer sobre a Proposta de Decreto-Lei que altera o regime jurídico dos graus e diplomas do Ensino Superior – Decreto-Lei n.º 38/2018. A iniciativa legislativa em apreço é a quinta alteração ao Decreto-Lei n.º 74/2006, de 24 de março, alterado pelos Decretos-Lei n.º

107/2008, de 25 de junho, n.º 230/2009, de 14 de setembro, n.º 115/2013, de 7 de agosto, e n.º 63/2016, de 13 de setembro, que aprova o regime jurídico dos graus e diplomas do ensino superior. O Parecer, que mereceu um amplo debate no seio da Comissão Especializada Permanente e no Plenário, destaca o conjunto de alterações propostas e analisa-as. Sugere ao longo do documento a clarificação de alguns aspetos e apresenta um conjunto de recomendações.

Recomendação sobre “Transferência de competências para as autarquias locais e entidades intermunicipais no que se refere à rede pública de educação pré-escolar e de ensino básico e secundário, incluindo o ensino profissional”

O Conselho, apesar de se ter pronunciado anteriormente sobre a política relativa às competências das autarquias relacionadas com as ofertas públicas de educação, considerou que “as características da atual política [...] justificam uma nova tomada de posição sobre esta matéria. Para o efeito, além de ter solicitado à Senhora Secretária de Estado Adjunta e da Educação uma apresentação desta política, que teve lugar em 17 de setembro, o CNE efetuou uma reunião com o Grupo de Trabalho da Assembleia da República para o Acompanhamento das Transferências de Competências na Educação, por solicitação deste, consultou os relatórios deste Grupo, bem como os pareceres que o mesmo recebeu, realizou várias audições de parceiros sociais e de especialistas e tomou conhecimento de algumas versões do projeto de Decreto-lei Setorial relativo à Educação que, nesta data, não foi ainda publicado em Diário da República”.

A reflexão efetuada conduziu a um conjunto de recomendações específicas sobre: i) Início do exercício das competências transferidas e disponibilização de recursos humanos e financeiros; ii) Aquisição de bens e serviços para o regular funcionamento quotidiano das atividades educativas, de ensino e desportivas de âmbito escolar; iii) Utilização dos espaços escolares fora do período das atividades escolares; iv) Gestão do pessoal não docente: assistentes operacionais e técnicos; v) Atividades de enriquecimento curricular e vi) Articulação territorial das ofertas de educação e formação.

QUADRO II.1.1

PLENÁRIO	PARECERES (n.º do D.R.)	ASSUNTO	CONSELHEIRO/A RELATOR/A	Publicação em Diário da República
133ª Sessão Plenária	Parecer N.º 7/2018	Parecer sobre regime jurídico da educação inclusiva no âmbito da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário	David Rodrigues, Rogério Cação e Teresa Leite	D.R. n.º81, 2ª Série, de 26 de abril de 2018
133ª Sessão Plenária	Parecer N.º 8/2018	Parecer sobre regime jurídico das instituições que se dedicam à investigação científica e desenvolvimento	Isabel Sá Correia	D.R. n.º101, 2ª Série, de 25 de maio de 2018
133ª Sessão Plenária	Parecer N.º 9/2018	Parecer sobre regime jurídico de reconhecimento de graus académicos e outras habilitações atribuídas por instituições de ensino superior estrangeiras	Ana Maria Leal Faria, Manuel José Damásio e Pedro Dominginhos	D.R. n.º 101, 2ª Série, de 25 de maio 2018
133ª Sessão Plenária	Parecer N.º 13/2018	Parecer sobre regime jurídico dos centros académicos clínicos	António Fidalgo	D.R. n.º 103, 2ª Série, de 29 de maio 2018
134ª Sessão Plenária	Parecer N.º 10/2018	Parecer sobre o estatuto do estudante internacional	João Pedro Louro, João Pedro Videira e Maria Calado	D.R. n.º 101, 2ª Série, de 25 de maio 2018
135ª Sessão Plenária	Parecer N.º 11/2018	Parecer sobre currículo dos ensinos básico e secundário	Fernando Almeida, Inácia Santana, Joana Brocardo e Manuela Encarnação	D.R. n.º 102, 2ª Série, de 28 de maio 2018
135ª Sessão Plenária	Parecer N.º 12/2018	Parecer sobre o regime jurídico de graus e diplomas do ensino superior	Ana Maria Leal Faria, Manuel José Damásio e Pedro Dominginhos	D.R. n.º 102, 2ª Série, de 28 de maio 2018
137ª Sessão Plenária	Recomendação	Recomendação sobre “Transferência de competências para as autarquias locais e entidades intermunicipais no que se refere à rede pública de educação pré-escolar e de ensino básico e secundário, incluindo o ensino profissional”	5ª Comissão Especializada Permanente	Aguarda publicação

II.2. Realização de Seminários, Conferências, Fóruns Audições

O Conselho Nacional de Educação tem organizado, desde a sua criação, inúmeras iniciativas que visam aprofundar e antecipar novos temas na agenda da política educativa. O conhecimento e a reflexão produzidos têm constituído um valioso contributo para a construção do pensamento do Conselho e para a prossecução da sua missão de órgão consultivo.

Em 2018, o Conselho Nacional de Educação levou a cabo um conjunto de seminários, fóruns e audições abertos à participação de instituições e especialistas exteriores ao Conselho.

O Quadro seguinte sintetiza as iniciativas realizadas, bem como as datas, locais e personalidades presentes nas audições. Os programas constam em ANEXO.

QUADRO II.2.1

Tipo de iniciativa	Designação	Data
Seminários	Seminário: <i>Promoting citizenship and common values through education</i> (Auditório do Conselho Nacional de Educação)	1-2/março
	Seminário: <i>Ensino Superior em Portugal, uma estratégia para o futuro</i> (Auditório do Conselho Nacional de Educação)	19/março
	Seminário: <i>Educação para todos: os invisíveis, os discriminados e os outros</i> (Auditório do Conselho Nacional de Educação)	28/maio
	Seminário: <i>Educação de Adultos: ninguém pode ficar para trás</i> (Auditório do Conselho Nacional de Educação)	20/ setembro
	Seminário: <i>Os Direitos Humanos Hoje - 70 anos da Declaração Universal</i> (Auditório do Conselho Nacional de Educação)	26/novembro
Fóruns	Fórum: <i>IV FILM- Fórum Informal sobre Literacia Mediática</i> (Auditório do Conselho Nacional de Educação)	6/ dezembro

	<p>Audição no âmbito da 5.ª Comissão Especializada Permanente Audição relativa aos projetos de alteração legislativa sobre descentralização para as autarquias locais de competências do setor da educação.</p> <p>Representantes da FNE - <i>João Dias da Silva;</i> - <i>Carlos Chagas;</i> - <i>Cristina Ferreira;</i> - <i>José Abraão</i></p> <p>Representantes da FENPROF - <i>Mário Nogueira;</i> - <i>Ana Aviola</i></p> <p>ESE- Instituto Politécnico do Porto –<i>Dora Fonseca e Castro;</i> Instituto de Educação da Universidade de Lisboa –<i>João Pinhal;</i> Instituto de Educação da Universidade de Lisboa –<i>João Barroso.</i></p>	<p>02/maio</p> <p>23/maio</p>
	<p>Audição relativa às escolas resilientes</p> <p>Agrupamento de Escolas Paulo da Gama – Diretora: <i>Paula Campos;</i> Agrupamento de Escolas Raul Proença – Diretor: <i>João José Bernardes e Silva;</i> Agrupamento de Escolas Santa Comba Dão – Diretora: <i>Maria Madalena Ferreira Dinis.</i></p>	<p>14/maio</p>
	<p>Agrupamento de Escolas Cardoso Lopes – Amadora – Diretora: <i>Maria da Conceição Mateus;</i> Agrupamento de Escolas de Ourém – Diretora: <i>Sandra Pimentel;</i> Agrupamento de Escolas Dr. Carlos Pinto Ferreira – Subdiretor: <i>José Garcia;</i></p>	<p>15/maio</p>
	<p>Agrupamento de Escolas de Campo Maior – Diretor: <i>José Emílio Faleira Pernas;</i> Agrupamento de Escolas Rainha Santa Isabel – Diretora: <i>Adélia Maria Leal Lopes;</i></p>	<p>16/maio</p>
	<p>Agrupamento de Escolas Santa Cruz da Trapa- São Pedro do Sul – Diretor: <i>António Luís Silva Martins;</i> Agrupamento de Escolas Bairro Padre Cruz – Diretor: <i>António Almendra;</i> Agrupamento de Escolas Fornos de Algodres – Diretor: <i>Artur Francisco A. de Oliveira;</i></p>	<p>17/maio</p>
	<p>Agrupamento de Escolas de Trigal de Santa Maria – Diretor: <i>José Lopes Sil;</i> Agrupamento de Escolas de Loureiro e Pinheiro da Bemposta – Diretora: <i>Maria Isabel Brandão;</i> Agrupamento de Escolas Rosa Ramalho – Diretora: <i>Maria Paula Elias Sousa;</i> Escola Básica do Caniçal – Madeira – Diretora: <i>Lisete Garrido.</i></p>	<p>18/maio</p>
	<p>Audição no âmbito da 1.ª Comissão Especializada Permanente: Audição relativa ao Projeto de autonomia e flexibilidade curricular dos ensinos básico e secundário (PAFC)</p> <p>Agrupamento de Escolas de Colmeias – Diretor: <i>Fernando Elias;</i> Agrupamento de Escolas Monte da Caparica – Diretora: <i>Maria Inês Machado Castro.</i></p>	<p>11/junho</p>

	<p>Audição no âmbito da 3.ª Comissão Especializada Permanente: Audição relativa à Educação e Formação de Adultos</p> <p>APEFA- Associação Portuguesa de Educação e Formação de Adultos – Presidente: <i>Armando Loureiro</i>;</p> <p>Agrupamento de Escolas Marquesa de Alorna – Diretor: <i>Pedro Frazão de Faria</i>;</p> <p>Associação O Direito de Aprender – Presidente: <i>Rui Seguro</i>;</p> <p>APCEP-Associação Portuguesa para a Cultura e Educação Permanente - Presidente: <i>Alberto Melo</i>;</p> <p>APEFA – Associação Portuguesa de Educação e Formação de Adultos - Presidente: <i>Luís Rothes</i>.</p>	<p>10/ dezembro</p>
--	---	---------------------

II.3. Realização de exposições

Em ano de comemoração dos 70 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos e dos 40 anos da Convenção Europeia dos Direitos Humanos, o CNE organizou uma exposição Direitos Humanos Hoje – 70 anos da Declaração Universal, constituída por: Direitos à Solta – 30 ilustrações da autoria de Danuta Wojciechowska, cedidas pela Associação para a Promoção Cultural da Criança; #StandUp4HumanRights - Posters for Tomorrow, 40 posters sobre os Direitos Humanos, da autoria de designers de vários países do mundo, exposição cedida pela United Nations High Commissioner for Human Rights; Direitos Humanos -Todos para Todos, sete posters produzidos pela Comissão Nacional dos 50 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos; Livros e materiais de apoio à Educação para os Direitos Humanos.

II.4. Visitas a escolas

No âmbito do estudo sobre as escolas resilientes, foram efetuadas visitas a 2 escolas que se destacam pela implementação de medidas diferenciadoras em termos pedagógicos. A visita à EBI das Capelas, em S. Miguel – Açores, no dia 29 de outubro, pretendeu conhecer o projeto Novas Rotas. O método de ensino desta escola baseia-se numa organização diferente da tradicional. Não há turmas, nem salas de aula específicas. Os alunos trabalham de forma cooperativa, em grupos heterogéneos (compreendendo anos de escolaridade diferentes) no desenvolvimento de projetos, bem como de planos individuais de trabalho (quinzenais e diários) com o apoio dos orientadores. O grande objetivo é torná-los autónomos, responsáveis, criativos, solidários e mestres. No dia 5 de dezembro, a deslocação ao Agrupamento de Escolas de Azeitão, que promove uma medida de retenção dos alunos apenas no final de cada ciclo, visou conhecer as metas a alcançar e as atividades a desenvolver no âmbito da referida medida.

II.5. Cooperação com Outras Entidades — intervenções e participações

No decurso de 2018, o CNE prosseguiu a sua estratégia de colaboração e participação em iniciativas de outras entidades, tanto a nível nacional como internacional, através de intervenções e/ou participações em iniciativas externas da Presidente Maria Emília Brederode Santos:

A Nível Nacional

Audições e audiências

- Audiência: ANPED-Associação Nacional de Pais em Ensino Doméstico, 8 de janeiro, CNE;
- Reunião com os peritos da OCDE no âmbito do projeto “School Resources Review”, em parceria com a Comissão Europeia, 9 de janeiro, Secretaria-Geral da Educação e Ciência;
- Audiência com o Presidente da Assembleia da República, 11 de janeiro, Assembleia da República;
- Audiência para apresentação do *Estado da Educação 2016* na Comissão de Educação e Ciência, 16 de janeiro, Assembleia da República;
- Reunião com a Coordenadora do Programa de Serviços Educativos da Câmara Municipal de Lisboa, Margarida Fragoso, 17 de janeiro, CNE;
- Reunião com o Diretor-Geral da Educação, José Vítor Pedroso, sobre o relatório de monitorização efetuado pela OCDE no âmbito de implementação do Projeto de Autonomia e Flexibilidade Curricular, 18 de janeiro, DGE;
- Reunião com a Diretora-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência, Luísa Loura, 17 de janeiro;
- Entrevista a Maria da Encarnação Ramires Marreiros Henriques, docente do Agrupamento de Escolas Vergílio Ferreira, para um trabalho na FCSH em “Estudos sobre a Globalização”, 5 de fevereiro, CNE;
- Reunião com Guilherme d’Oliveira Martins, 6 de fevereiro, Fundação Calouste Gulbenkian;
- Reunião com o Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas, José Luís Carneiro, 7 de fevereiro, Palácio das Necessidades;
- Entrevista ao jornalista Tiago Belim da revista *Mais Educativa*, 16 de fevereiro, CNE;
- Reunião com o Bastonário da Ordem dos Psicólogos, 19 de fevereiro, CNE;
- Reunião com o Secretário-Geral da OEI, Paulo Speller, 21 de março;
- Reunião com o Presidente do Conselho Nacional de Saúde, Jorge Simões, no âmbito da preparação do Dia Mundial de Saúde, 3 de abril, CNE;
- Reunião com a Direção da APGES – Associação Plataforma Global para os Estudantes Sírios, 6 de abril, Hotel Intercontinental Lisboa;
- Reunião com Pedro Almeida da *Teach For All*, 9 de abril, CNE;
- Reunião com o Administrador da Porto Editora, Vasco Teixeira, para apresentação da 3.ª edição da iniciativa Literacia 3D – o desafio pelo conhecimento, 10 de abril, CNE;
- Reunião com Pedro Lara, Chefe de Divisão de Planeamento e Gestão de Rede na Câmara Municipal de Cascais, 13 de abril, CNE;
- Reunião com Gregória von Amann, responsável da Direção-Geral da Saúde pela área de Saúde Escolar, 17 de abril, CNE;
- Reunião com Maria João Leote, investigadora do CICS.NOVA - Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais, 23 de abril, CNE;
- Reunião anual entre o Conselho Nacional de Supervisores Financeiros e a Comissão de Acompanhamento do Plano Nacional de Formação Financeira, 21 de maio, Banco de Portugal;
- Reunião com Rodrigo Lourenço, docente da Escola Superior de Tecnologia de Setúbal, para apresentação de um Estudo sobre Modelos de Governação, 24 de maio, CNE;

- Audiência solicitada pelos representantes da APROCES – Associação de Professores de Ciências Económico-Sociais, 5 de junho, CNE;
- Reunião com António Almeida Moura para apresentação do projeto *Abril Hoje*, 5 de junho, CNE;
- Reunião com representantes do projeto *ComParte*, 7 de junho, CNE;
- Entrevista com a jornalista Filipa Serejo da TVI, 12 de junho, CNE;
- Reunião informal para discussão dos resultados do projeto *Jogos para a Literacia Mediática*, 20 de junho, Universidade Lusófona;
- Entrevista com a jornalista Helena Rua do jornal *Dia 15*, 29 de junho, CNE;
- Audiência solicitada pelos representantes da APROTED – Associação de Professores de Teatro-Educação, 29 de junho, CNE;
- Entrevista com Joaquim Pintassilgo e a investigadora Alda Namora sobre as movimentações estudantis em Portugal nos anos 60, em particular no contexto do maio de 68, 2 de julho, CNE;
- Entrevista com o jornalista Nuno Dias da Silva do Jornal *Ensino Magazine*, 16 de julho, CNE;
- Reunião com Margarida Toscano e Sara Pereira, 31 de julho, CNE;
- Entrevista com o Presidente da República, 1 de agosto, Palácio de Belém;
- Reunião com o Diretor de Estudos da Fundação Francisco Manuel dos Santos, Gonçalo Saraiva Matias e com a responsável pela Área Científica e de Conteúdos, Mónica Vieira, 10 de agosto, Fundação Francisco Manuel dos Santos;
- Audiência solicitada pela APEFA – Aprendizagens (Associação Portuguesa de Educação e Formação de Adultos), 1 de outubro, CNE;
- Reunião com o *designer* José Brandão do *Atelier B2*, 9 de outubro, CNE;
- Reunião de intercâmbio com os representantes do programa *Mentes Empreendedoras* para apresentação do *Global Teacher Prize Portugal*, 17 de outubro, CNE;
- Reunião de trabalho sobre a educação no quadro do Semestre Europeu, organizada pelo Adido Económico da Comissão Europeia em Portugal, 18 de outubro, Agência Europeia para a Segurança Marítima;
- Reunião com o grupo Inquietações Pedagógicas, 6 de novembro, CNE;
- Entrevista com a jornalista Marta Pacheco da *Antena 1*, 20 de novembro, CNE;
- Entrevista à *Radio Renascença*, 21 de novembro, CNE;
- Entrevista à RTP, 21 de novembro, CNE;
- Entrevista com a jornalista Ana Kotowicz do *Observador*, 22 de novembro, CNE;
- Entrevista com o jornalista Luís Branco da *Antena 1/Açores*, 22 de novembro, via telefone;
- Entrevista com o jornalista Pedro Sousa Tavares do *Diário de Notícias*, 28 de novembro, CNE;
- Entrevista com Cíntia Be Benito da *Agência de Notícias EFE*, 28 de novembro, via telefone;
- Reunião com Maria do Céu Roldão, 14 de dezembro, CNE;
- Diversas reuniões ao longo do ano com o *GILM – Grupo Informal de Literacia para os Media*

Seminários e conferências

- Conferência Nacional Dia do Perfil dos Alunos, pelo Ministério da Educação em colaboração com a Federação Nacional de Associações de Estudantes dos Ensinos Básico e Secundário, 15 de janeiro, Espaço Expositivo da Fundação Champalimaud;
- Apresentação do tema principal do VI Encontro da Rede de Bibliotecas Escolares de Lisboa: “Literacias na Educação. Educação para as Literacias”. Conferência organizada pelo Pelouro da Educação da CML, em parceria com a Rede de Bibliotecas Escolares, 29 de janeiro, Auditório do Museu das Comunicações;

- Palestra: Cidadania e Desenvolvimento, no âmbito do projeto de flexibilidade curricular e da disciplina de Cidadania e Desenvolvimento do Agrupamento de Escolas Eça de Queirós, dia 31 de janeiro, Auditório 1 da Escola Eça de Queirós;
- Apresentação pública dos resultados da avaliação da OCDE ao sistema de ciência, tecnologia, inovação e ensino superior, seguida de uma sessão de debate especializada com a equipa da OCDE, a convite do Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, 9 de fevereiro, Teatro Thalia e Salão Nobre do Palácio das Laranjeiras;
- Sessão de apresentação dos Princípios e Orientações que propõem presidir à política de saúde e à organização do Sistema de Saúde português, “Agora, a Saúde acessível, gratuita e inclusiva”, organizada pelo Grupo de Promotores da Petição para a Revisão da Lei de Bases do SNS, 17 de fevereiro, Auditório do Montepio;
- Painel Final do II Encontro A Formação de educador@s e professor@s na UniverCidade de Évora, sob o título “Desafios da Formação de educador@s e professor@s”, 23 de fevereiro, Universidade de Évora;
- I Encontro Natália Pais: “Atividade Lúdica – Passado, Presente e Futuro”, organizado pelo IAC – Instituto de Apoio à Criança, 12 de março, Salão Nobre da Escola Superior de Educação de Lisboa;
- VIII Encontro da Rede de Escolas PPIP, a convite da DGE, 16 de março, Agrupamento de Escolas de Silves Sul;
- “Stop 45’ A Voz dos Poetas”, a convite da Escola Secundária de Camões, 21 de março, Escola Secundária de Camões;
- Sessão de abertura 8.ª Edição da “Cimeira Internacional sobre a Profissão Docente”, organizada pelo Ministério da Educação em parceria com a OCDE, 22 de março, Centro Cultural de Belém;
- Conferência Internacional “*Higher Education in Emergencies – Doing more, better and faster*”, promovida pela Plataforma Global de apoio aos estudantes sírios, com o apoio de Portugal, 5 de abril, na Fundação Calouste Gulbenkian;
- Cerimónia das Candidaturas RBE, com uma breve intervenção sobre *Inovação e educação*, 18 de abril, Auditório da Escola Secundária Eça de Queiroz;
- Seminário “2035 – Quatro Cenários para a União Europeia num Mundo Turbulento”, 24 de abril, Instituto de Defesa Nacional;
- Sessão de Apresentação do Relatório da OCDE “Estratégia Nacional de Competências”, a convite do Ministro da Educação, 4 de maio, Teatro Thalia;
- Sessão de Abertura da 1.ª Parte do 3.º FILM - Fórum Informal sobre Literacia para os Media, destinada ao público escolar – 9 de maio, Biblioteca Pública Municipal do Porto;
- Conferência *Educação Artística: uma prioridade- A Formação de Professores*, no âmbito do ciclo promovido pelo Centro Nacional de Cultura em parceria com o Clube UNESCO de Educação Artística, *Artes na Educação*, 10 de maio, Centro Nacional de Cultura;
- Colóquio: *25 anos de Centros de Formação de Associação de Escolas (CFAE): Dinâmicas e perspetivas futuras*, 11 de maio, Instituto de Educação da Universidade de Lisboa;
- V Encontro de Educação do Município de Santa Cruz da Região Autónoma da Madeira: “O Mundo Atual e os Desafios à Educação”, tendo participado como oradora no III Painel – *Novos Desafios à Educação – Panorama Geral*, com uma intervenção intitulada “O CNE e os Desafios do Futuro”, 18 de maio, Hotel Vila Galé de Santa Cruz;
- VI Convenção – FNE, CONFAP, ANDAEP e FNAEBS: *Por uma Escola para Todos*, tendo participado como oradora com uma intervenção subordinada ao tema: “*Por uma escola para todos*”: e quem são “*Todos*”, 26 de maio, Europarque, Santa Maria da Feira;
- *International Seminar – Young NEET’s and the Youth Guarantee Program*, 18 de junho, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa;
- Encontro Nacional com a Ciência e a Tecnologia, Ciência 2018, a convite do Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, de 2 a 4 de julho, Centro de Congressos de Lisboa;

- IX Encontro *Língua Portuguesa nos primeiros anos de escolaridade: investigação e boas práticas* (IX ELP), III Jornadas Internacionais de Leitura, Educação e Sucesso Escolar (III LESE) e IV Jornadas Internacionais de Alfabetização (IV JIA), 6 e 7 de julho, Escola Superior de Educação – Instituto Politécnico de Lisboa;
- Sessão de abertura do Simpósio Comemorativo dos 10 anos da Pró-Inclusão, organizado pela Associação Nacional de Docentes de Educação Especial, 13 de julho, Fundação Calouste Gulbenkian;
- Fórum Educativo – *Educação um Desafio para Todos*, projeto da Cáritas da Ilha Terceira, em parceria com a Câmara Municipal de Angra do Heroísmo, tendo participado com a intervenção subordinada ao tema “A Educação do Futuro. O Futuro da Educação”, 6 de setembro, Angra do Heroísmo, Açores;
- Sessão de Abertura da Conferência anual de Educação de Setúbal: “Setúbal, Cidade educadora: um mundo de desafios”, organizada pela Câmara Municipal de Setúbal, 12 de setembro, Fórum Municipal Luísa Todi;
- 2.^a Palestra do Ciclo de Conferências dos 30 anos da Universidade Aberta, 21 de setembro, Sala de Atos do Palácio Ceia;
- Conferência Internacional: “Supervisão Comportamental Bancária: novos desafios dez anos depois da crise financeira”, 25 de setembro, Museu do Dinheiro;
- XIV Congresso SPCE 2018: *Ciências, Culturas e Cidadanias*, organizado pela Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação, tendo participado como oradora da conferência de abertura com uma intervenção intitulada “As Ciências da Educação e a Educação do Futuro”, 11 a 13 de outubro, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra;
- V Fórum Açoriano Franklin D. Roosevelt – O centenário da escala de Roosevelt nos Açores: As relações transatlânticas do séc. XX ao séc. XXI, organizado pelo Governo dos Açores e pela Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento (FLAD), tendo feito a apresentação do Prof. Sérgio Rezendes e participado na mesa redonda sobre “O papel da educação nas relações entre Portugal e os EUA”, 26 de outubro, Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Ponta Delgada, São Miguel, Açores;
- Conferência: 40 Anos da Adesão de Portugal à Convenção Europeia dos Direitos Humanos (CEDH), organização conjunta do Ministério da Justiça e da Ordem dos Advogados, 9 de novembro, Sala do Senado da Assembleia da República;
- XV Congresso Internacional das Cidades Educadoras: “Cidade, pertença das pessoas”, de 13 a 16 de novembro, Centro de Congressos do Estoril;
- Conferência: *Falar de Mulheres / Media no Feminino*, iniciativa do grupo de investigação Faces de Eva – Estudos sobre a Mulher, 20 de novembro, na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova;
- Conferência Internacional sobre o *Futuro da Educação a Distância em Língua Portuguesa*, organizada pela Universidade Aberta, 29 e 30 de novembro, Pavilhão do Conhecimento;
- III Seminário Erasmus+ Necessidades Especiais: Equidade e Inclusão – Potencialidades do Erasmus+, organizado pela Agência Nacional Erasmus+ Educação e Formação, no âmbito da Celebração do Dia Internacional de Pessoas Portadoras de Deficiência, 30 de novembro, Teatro Thalia;
- Conferência “Liderança e Desenvolvimento Profissional”, a convite da Direção-Geral da Administração Escolar, 4 de dezembro, Auditório do Arquivo Nacional da Torre do Tombo;
- Colóquio “Educação – um direito humano – para todos/as”, em que participou com uma intervenção subordinada ao tema: “A Educação: guardiã ou pioneira de direitos humanos?”, 7 de dezembro, Universidade de Évora;
- Sessão de encerramento do 1.º Encontro Internacional Mente, Cérebro e Educação, 12 de dezembro, Universidade Católica Portuguesa;

- Conferência *Eminent 2018*, organizada pela European Schoolnet em colaboração com a Direção-Geral de Educação, 13 de dezembro, Fundação Calouste Gulbenkian;
- Outros (participações, convites, comissões de honra...)
- Cerimónia de apresentação do representante do Secretário-Geral da OEI em Portugal, 5 de janeiro, Teatro Thalia;
- Comissão de Honra do 43.º Campeonato Mundial das Profissões, SkillsPortugal – Beja, a convite do Vice-Presidente do Conselho Diretivo do Instituto do Emprego e Formação Profissional, de 25 de fevereiro a 3 de março;
- Publicação de uma reflexão sobre o *Estado da Educação 2016* no editorial do primeiro número de 2018 da revista Educação e Matemática, março de 2018;
- Cerimónia de Tomada de Posse da Reitora do ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa, 8 de março, no Grande Auditório do ISCTE;
- Colaboração na Semana da Leitura 2018, a convite do Plano Nacional de Leitura 2027, através da gravação de um breve testemunho de leitura para incorporar no site do evento, a decorrer entre os dias 5 e 9 de março;
- Participação na Assembleia Geral Ordinária da APCEP – Associação Portuguesa para a Cultura e Educação Permanente, 10 de março, Instituto de Educação da ULisboa;
- Ópera *Così fan tutte*, de W. A. Mozart, no âmbito dos 35 anos da Escola Superior de Música de Lisboa, em co-produção com o CCB, 10 de março, no Grande Auditório do CCB;
- Cerimónia de Doutoramento *honoris Causa* pela Universidade de Lisboa ao Prof. Arquimedes da Silva Santos, 27 de março, Salão Nobre da Reitoria da Universidade de Lisboa;
- Comissão de Honra da 21.ª Edição dos Encontros de Basto e Barroso, a convite do Centro de Formação de Associação de Escolas de Basto, de 9 de abril a 27 de junho, Mondim de Basto;
- Lançamento da obra *Gestão e Financiamento das Escolas em Portugal – Indicadores, Políticas e Atores*, 24 de abril, Fundação Calouste Gulbenkian;
- Cerimónia de Tomada de Posse do Presidente eleito para o Instituto Politécnico de Setúbal, 26 de abril, Auditório do Edifício da Escola Superior de Ciências Empresariais e da Escola Superior de Saúde, em Setúbal;
- “Miúdos a votos”, iniciativa da Rede de Bibliotecas Escolares, 30 de maio, Feira do Livro;
- Comissão de Honra do 9.º Congresso Nacional de Terapia Ocupacional, a convite da Associação Portuguesa de Terapeutas Ocupacionais, de 3 a 5 de maio, Centro de Congressos das Caldas da Rainha;
- Cerimónia de entrega de prémios “Net Viva e Segura”, iniciativa da DecoProteste e da Google, 30 de maio, Warehouse J9A;
- Jantar inaugural do *Encontro de Famílias – “Mini-férias com Surdos”*, organizado pela AFAS – Associação de Famílias e Amigos dos Surdos, 1 de junho, Almada;
- Festa de encerramento do ano letivo, 5 de junho, Escola Secundária de Camões;
- Comissão de Honra do I Seminário Internacional CAFTe – Currículo, Avaliação, Formação e Tecnologias, 9 e 10 de julho, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto;
- Sessão de apresentação do Plano de Ação Ibero-Americano por ocasião da 1.ª visita oficial do Secretário-Geral da OEI a Portugal, 9 de julho, Teatro Thalia;
- Celebração do Dia Calouste Gulbenkian, 20 de julho, Fundação Calouste Gulbenkian;
- Tertúlia: “Os Cafés do Bairro de Alvalade: itinerários culturais + tertúlias no Café Vá-Vá”, iniciativa do Prof. Aquilino Machado, juntamente com a EGEAC e a Junta de Freguesia de Alvalade, tendo participado no itinerário temático “Os Verdes Anos”, 8 de setembro, Café Vá-Vá;
- Lançamento da obra: *Ética Aplicada: Educação*, com coordenação de Maria do Céu Patrão Neves e David Justino, 13 de setembro, CNE;

- *Criativisão*: Apresentação da programação RTP 18/19, 13 de setembro, Edifício LACS, Lisboa;
- Abertura do Ano Académico 2018-2019, 20 de setembro, Universidade de Lisboa;
- Cerimónia da Receção à Comunidade Educativa da Amadora, 25 de setembro, Pavilhão Desportivo da Escola Secundária Mães d'Água, amadora;
- Cerimónia de atribuição do título de Doutor *Honoris Causa* pela Universidade de Lisboa a Manuel Alegre, 2 de outubro, Aula Magna da Reitoria da Universidade de Lisboa;
- Inauguração da exposição *Arte em São Bento – Coleção António Cachola 2018*, a convite do Primeiro-Ministro, 5 de outubro, Residência Oficial do Primeiro-Ministro;
- Cerimónia Solene Comemorativa do 108.º Aniversário da Implantação da República, a convite do Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, 5 de outubro, Paços do Concelho, Praça do Município;
- Sessão Solene Comemorativa do Dia do Instituto Politécnico de Setúbal e de Abertura do Ano Académico 2018/2019, 8 de outubro, Auditório da Escola Superior de Tecnologia do Barreiro;
- Comissão de Honra do 14.º Congresso dos Centros de Formação de Associação de Escolas (CFAE), 19 e 20 de outubro, Fábrica de Santo Thyrso, Santo Tirso;
- Comissão de Honra do 1.º Congresso Internacional de Respostas Sociais Inclusivas, a convite da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira e do Centro de Bem Estar Infantil de Vila Franca de Xira, 25 a 27 de outubro, Auditório da Fábrica das Palavras, Vila Franca de Xira;
- Comissão de Honra do 1st Literacy Summit, iniciativa da Acção COST IS1401ELN, Strengthening Europeans' Capabilities by Establishing Literacy Network (ELN), de 1 a 3 de novembro, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto;
- Encontro “Carreiras e trajetórias profissionais: desafios e novas perspetivas”, realizado pela ANQEP e a Fundação AIP – Futurália, 5 de novembro, Centro de Congressos de Lisboa;
- Concerto Solidário “Crianças Somos Todos Nós”, concerto de angariação de fundos comemorativo dos 35 anos do Instituto de Apoio à Criança, 20 de novembro, Altice Arena;
- Apresentação do livro “Pensar o acolhimento residencial de crianças e jovens”, a convite de Maria João Leote, 5 de dezembro, Fundação Calouste Gulbenkian;
- Sessão comemorativa do Dia Internacional dos Direitos Humanos, a convite do presidente da Liga Portuguesa dos Direitos Humanos – Civitas, 10 de dezembro, Museu do Oriente;
- Comemoração do 50.º Aniversário da RTP2, 11 de dezembro, Capitólio, Lisboa;
- Natal Solidário – Jantar-Concerto a favor dos Estudantes Sírios, 15 de dezembro, San Metropolitan Hotel;
- 20.º Aniversário do Centro Ismaili, 18 de dezembro, Centro Ismaili;
- Comissão de Honra do Plano Nacional de Leitura 2027

A Nível Internacional

- Cimeira: The first European Education Summit: “Back to basics: for an innovative, inclusive and values based education”, 25 de janeiro, Bruxelas, Bélgica;
 - CNESCO International Seminar, em parceria com o CIEP – Centre International d'Études Pédagogiques, 28 e 29 de setembro, Sèvres, França;
-

II.6. Publicações

Através das suas publicações, o Conselho Nacional de Educação tem por objetivo registar e divulgar as principais atividades desenvolvidas. O conjunto de livros editados constitui já um vasto espólio e integra diferentes séries “Pareceres e Recomendações”, “Seminários e Colóquios”, “Estudos e Relatórios” e “Outras Publicações”.

Nos últimos anos, o CNE tem optado preferencialmente pela disponibilização *online* das suas publicações, o que permite o acesso a um maior número de interessados e a redução do custo de execução. No entanto, mantém a edição em papel para o registo de iniciativas que, no âmbito do seu plano de atividades, mereceram especial destaque. Assim, as publicações editadas em 2018 foram as seguintes:

- *Estado da Educação 2017* (edição em papel, disponibilizada *online*);
- Relatório Técnico: *Participação autárquica na gestão das ofertas de educação e formação* (edição eletrónica);

II.7. Sítio do CNE

O CNE tem no sítio da internet um meio importante de divulgação das suas atividades e iniciativas para além de outros documentos e eventos de referência na área da educação, quer a nível nacional, quer a nível internacional.

Com o objetivo delineado de aumentar a visibilidade do CNE e de chegar a novos públicos, a manutenção e atualização regular do sítio (www.cnedu.pt) e respetiva página oficial de *Facebook* continuou a ser uma prioridade durante o ano de 2018

II.8. Preservação do Património — Conservação e Restauro de Bens

Prosseguindo na gestão do edifício e dos espaços circundantes que lhe estão afetos, o CNE promove a manutenção e preservação das condições de instalação, funcionamento e segurança de pessoas e bens, de modo a garantir a salvaguarda da saúde e do bem-estar dos seus colaboradores e visitantes, a proteção e conservação do edifício, das instalações técnicas, dos equipamentos e do mobiliário.

III – Estrutura Organizacional e Funcional

O Conselho Nacional de Educação é composto por sessenta e sete membros, entre os quais um(a) presidente eleito(a) pela Assembleia da República, por maioria absoluta dos deputados em efetividade de funções; seis cooptados pelo Conselho de entre personalidades de reconhecido mérito pedagógico e científico, eleitos por maioria absoluta dos membros em efetividade de funções e sessenta representantes de entidades diversas.

III.1. Composição

O Conselho Nacional de Educação registou, em 2018, as seguintes alterações na sua composição:

- **António Carreto Fidalgo**, designado pelo Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas-CRUP em 14 de dezembro de 2017. Tomou posse em 8 de março de 2018, substituindo *António Manuel da Cruz Serra*.

- **Manuel José Carvalho de Almeida Damásio**, designado pela Associação Portuguesa do Ensino Superior Privado em 7 de março de 2018. Tomou posse em 8 de março de 2018, substituindo *João José Pires Duarte Redondo*.

- **Mariana Fernandes Avelãs**, designada como suplente pelo Grupo Parlamentar – BE em 27 de outubro de 2017. Não tomou posse. Substitui *Manuel Fernando Rosa Grilo*.

- **Pedro Miguel Ferreira Folgado**, designado pela Associação Nacional de Municípios Portugueses em 14 de março de 2018. Tomou posse em 4 de abril de 2018, substituindo *Vanessa Alexandra Vilela da Silva*.

- **José Manuel Cabral Dias Bolieiro**, designado pela Associação Nacional de Municípios Portugueses em 14 de março de 2018. Tomou posse em 6 de abril de 2018, substituindo *João Carlos Vidaure Pais de Moura*.

- **Paulo Jorge dos Santos Gonçalves Ferreira**, designado pelo Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas-CRUP em 7 de novembro de 2018. Não tomou posse, substitui *Sebastião Feyo de Azevedo*.

- **João Cardona Gomes Cravinho**, eleito como membro cooptado em 4 de abril de 2018. Tomou posse em 6 de abril de 2018, substituído *Álvaro Almeida dos Santos*.

- **Maria Inácia Vidigal Santana**, eleita como membro cooptado em 4 de abril de 2018. Tomou posse em 6 de abril de 2018, substituído *Pedro Nuno Teixeira*.

- **Rui Fernando de Matos Saraiva Canário**, eleito como membro cooptado em 4 de abril de 2018. Tomou posse em 6 de abril de 2018, substituído *Anabela Alves Coelho Grácio*.

- **Francisco Miranda Rodrigues**, designado pelo Conselho Nacional das Ordens Profissionais em 4 de junho de 2018. Tomou posse em 19 de julho de 2018, substituindo *Carlos Maurício Gonçalves Barbosa*.

- **Manuel José do Carmo Ferreira**, designado pela Academia das Ciências de Lisboa em 4 de julho de 2018. Tomou posse em 30 de julho de 2018, substituído *Joaquim Cerqueira Gonçalves*.

- **José Manuel da Luz Cordeiro**, designado pelas Organizações Sindicais (UGT) em 20 de julho de 2018. Tomou posse em 17 de setembro de 2018, substituindo *Carlos Alberto Alvarez de Faria e Chagas*.

Arsélio Pato de Carvalho, designado pelo Conselho dos Laboratórios Associados (CLA) em 22 de setembro de 2014. Terminou mandato em 22 de setembro de 2018 e de acordo com a Lei Orgânica (Decreto-lei nº 21/2015 de 3 de fevereiro) esta representação deixou de existir.

Em **31 de dezembro de 2018**, o Conselho Nacional de Educação apresenta a seguinte composição, num total de *sessenta e cinco* membros em exercício efetivo de funções:

a) Um Presidente eleito pela Assembleia da República por maioria absoluta dos deputados em efetividade de funções:

– *Maria Emília Brederode Rodrigues dos Santos*

b) Um/a representante por cada grupo parlamentar, designado/a pela Assembleia da República:

- PSD: *Nilza Marília Mouzinho de Sena*
- PS: *Porfírio Simões de Carvalho e Silva*
- CDS/PP: *Arlindo Henrique Lobo Borges*
- PCP: *Francisco José Santana Nunes dos Santos*
- PEV: *Antero de Oliveira Resende*
- BE: *Mariana Fernandes Avelãs*

c) Seis elementos designados pelo Governo:

- *Pedro Guilherme Rocha dos Reis*
- *Joana Maria Leitão Brocardo*
- *Luís Manuel Antunes Capucha*
- *Maria Rosalia Vargas Esteves Lopes da Mota*
- *Maria Inês Pedrosa da Silva Duarte*
- *Teresa Maria de Sousa dos Santos*

d) Um elemento designado por cada uma das Assembleias Regionais das Regiões Autónomas:

- *Jorge Moreira de Sousa* (Região Autónoma da Madeira)
- *Álvaro António Gancho Borralho* (Região Autónoma dos Açores)

e) Dois elementos designados pela Associação Nacional de Municípios Portugueses:

- *Pedro Miguel Ferreira Folgado* (Presidente da Câmara Municipal de Alenquer)
 - *José Manuel Bolieiro* (Presidente da Câmara Municipal de ponta Delgada)
-

f) Um elemento designado pelo Conselho das Comunidades Portuguesas:

- Aguarda tomada de posse

g) Dois elementos designados pelos estabelecimentos públicos de ensino superior universitário:

- *Paulo Jorge dos Santos Gonçalves Ferreira* (Reitor da Universidade de Aveiro)
- *António Carreto Fidalgo* (Reitor da Universidade da Beira Interior)

h) Dois elementos designados pelos estabelecimentos públicos de ensino superior politécnico:

- *Joaquim António Belchior Mourato*
- *Pedro Miguel de Jesus Calado Dominginhos*

i) Dois elementos designados pelos estabelecimentos públicos de ensino não superior:

- *Fernando Filipe de Almeida*
- *Carlos Jorge Pires Percheiro*

j) Dois elementos designados pelas organizações sindicais:

- *José Manuel da Luz Cordeiro* - UGT (União Geral de Trabalhadores)
- *Mário de Oliveira Nogueira* - CGTP-IN (Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses – Intersindical Nacional)

k) Dois elementos designados pelas organizações patronais:

- *Daniel Soares de Oliveira* - CIP (Confederação da Indústria Portuguesa)
- *Pedro Augusto Benros d'Almeida Freire* - CCP (Confederação do Comércio e Serviços de Portugal)

l) Dois elementos designados pelas associações de pais:

- *Paulo Alexandre Simões Lopes* - FNAPEC (Federação Nacional das Associações de Pais dos Alunos do Ensino Católico):
- *José Manuel de Castro Ferreira de Ascensão* - CONFAP (Confederação Nacional das Associações de Pais)

m) Dois elementos designados pelas associações sindicais de professores:

- *Paulo Oliveira Sucena* - FENPROF (Federação Nacional dos Professores)
- *Joaquim João Martins Dias da Silva* - FNE (Federação Nacional dos Sindicatos da Educação)

n) Três elementos designados pelas associações de estudantes, sendo um em representação dos estudantes do ensino secundário e dois em representação dos estudantes do ensino superior e, de entre estes, um do ensino superior politécnico e outro do ensino superior universitário:

- *Aguarda designação* (Ensino Secundário)
- *João Pedro Vila Viçosa Louro* (Ensino Superior Universitário)
- *João Pedro Rocha Videira* (Ensino Superior Politécnico)

o) Um elemento designado pelo Instituto de Avaliação Educativa, I.P. (IAVE)

- *Helder Manuel Diniz de Sousa*
-

p) Três elementos de sociedades e associações científicas intervenientes na área da educação que integram o conselho científico do IAVE, I.P., indicados por este órgão

- *José León Acosta Carrillo*
- *Maria Manuela Guerreiro Alves da Encarnação*
- *Nuno Alberto Seruca Ferro*

q) Dois elementos designados pelas associações pedagógicas:

- *Maria de Lurdes Guimarães Figueiral da Silva (APM)*
- *Eulálio Sérgio Caldeira Niza (MEM)*

r) Dois representantes das fundações e associações culturais:

- *Ana Maria Batista Lima - Centro Português de Fundações*
- *Maria Marques Calado de Albuquerque Gomes - Centro Nacional de Cultura*

s) Dois elementos designados pelas associações de ensino particular e cooperativo, sendo um deles em representação do ensino superior e outro do ensino não superior:

- *Manuel José Carvalho de Almeida Damásio (Ensino Superior)*
- *Rodrigo Eiró de Queiroz e Melo (Ensino Não Superior)*

t) Dois/Duas representantes do Conselho Nacional de Juventude:

- *Hugo Carvalho*
- *António Pedro Antunes Barreiro*

u) Um elemento designado pelas organizações confessionais:

- *António Manuel Barbosa Ferreira*

v) Seis elementos cooptados pelo Conselho, de entre personalidades de reconhecido mérito pedagógico e científico, eleitos por maioria absoluta dos membros em efetividade de funções:

- *João Cardona Gomes Cravinho*
- *Pedro Manuel Gonçalves Lourtie*
- *Maria Inácia Vidigal*
- *Manuel Joaquim Pinho Moreira de Azevedo*
- *Rui Fernando de Matos Saraiva Canário*
- *Bártolo Paiva Campos*

w) Um representante da Academia de Ciências de Lisboa:

- *Manuel José do Carmo Ferreira*

x) Um representante da Academia Portuguesa de História:

- *Ana Maria Homem Leal Faria*

y) Um representante da Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação:

- *Isabel Menezes*

z) Um representante do Conselho Nacional das Ordens Profissionais:

- *Francisco Miranda Rodrigues*

aa) Um representante das instituições particulares de solidariedade social:

- *Maria da Conceição Marques*

bb) Um representante da Agência Nacional para a Qualificação e Ensino Profissional, I.P:

- *Gonçalo Xufre Gonçalves da Silva*
-

cc) Um representante das associações das escolas profissionais:

– *José Luís Diogo de Azevedo Presa*

dd) Um representante das unidades de investigação classificadas como excecionais ou excelentes pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P:

– *Isabel Sá Correia*

ee) Um representante das sociedades e associações profissionais do ensino especial:

– *David Rodrigues*

ff) Um representante das instituições de ensino especial de pessoas com deficiência:

– *Rogério Cação*

gg) Um representante do Alto Comissariado para as Migrações:

– *Pedro Miguel Laranjeira da Cruz Calado*

hh) Um representante do Conselho Nacional do Desporto:

– *António José Martins da Silva*

ii) Um representante das organizações não governamentais de mulheres, a designar de entre os membros do Conselho Consultivo da Comissão para Cidadania e a Igualdade do Género:

– *Cristina Maria Coimbra Vieira*

III.2. Funcionamento

A atividade interna do Conselho, durante o período de tempo a que se refere o presente Relatório, compreendeu reuniões do Plenário, da Comissão Coordenadora, das Comissões Especializadas Permanentes.

III.2.1 Plenários

No Plenário têm assento todos os membros do Conselho e é onde se tomam as deliberações relativas ao cumprimento das suas atribuições, nas quais se incluem os Pareceres e Recomendações, cujos projetos são apresentados por conselheiros relatores designados para o efeito.

QUADRO III.2.1.1

Data	Ordem de Trabalhos
<i>21 de novembro</i>	Tomada de posse de novos conselheiros <ol style="list-style-type: none"> 1. Informações; 2. Aprovação do Relato da 136ª Sessão Plenária; 3. Apreciação e discussão do projeto de Recomendação sobre “Transferência de competências para as autarquias locais e entidades intermunicipais no que se refere à rede pública de educação pré-escolar e de ensino básico e secundário, incluindo o ensino profissional”; 4. Apresentação do Presidente da Comissão Nacional de Acesso ao Ensino Superior Prof. Doutor João Pinto Guerreiro, sobre as propostas e estudos desenvolvidos no âmbito do acesso ao ensino superior e evolução do número de vagas, pelo Grupo de Trabalho que Coordena; 5. Apresentação do Estado da Educação 2017;
<i>17 de setembro</i>	Tomada de posse de novos conselheiros <p>10 horas Informações; Aprovação do Relato da 135ª Sessão Plenária; Voto de pesar Prof. Doutor Eurico Lemos Pires; Voto de pesar Prof. Doutor Rui de Alarcão; Eleição do Coordenador da 4.ª Comissão Especializada Permanente.</p> <p>10h30 Apresentação do Inspetor-Geral da Educação e Ciência, Dr. Luís Capela ao Conselho do Relatório da IGEC “Avaliação Externa das Escolas” 2014/2015 a 2016-2017;</p> <p>11h15 Apresentação do Presidente da Comissão Diretiva do POCH- Programa Operacional Capital Humano, Dr. Joaquim Bernardo sobre as principais linhas de orientação e os pilares que estruturam a reprogramação do POCH;</p>

	<p>12h00</p> <p>Intervenção da Senhora Secretária de Estado Adjunta e da Educação, Prof.^a Doutora Alexandra Leitão sobre as políticas de descentralização, designadamente as medidas previstas no projeto de decreto-lei sectorial da educação.</p>
<i>7 de maio</i>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Informações; 2. Aprovação do Relato da 134^a Sessão Plenária; 3. Apreciação e discussão do projeto de Parecer solicitado pelo Senhor Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior sobre o Projeto de Decreto-Lei que altera o regime jurídico dos graus e diplomas do ensino superior – Relatora(es): Conselheira(os) Ana Maria Leal Faria, Manuel José Damásio e Pedro Dominginhos; 4. Apreciação e discussão do projeto de Parecer solicitado pelo Senhor Ministro da Educação sobre o Projeto de Decreto-Lei que estabelece o currículo dos ensinos básico e secundário, os princípios orientadores da sua conceção, operacionalização e avaliação das aprendizagens, de modo a garantir que todos os alunos adquiram os conhecimentos e desenvolvam as capacidades e atitudes que contribuem para alcançar as competências previstas no Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória – Relatores: Conselheiros Joana Brocardo, Fernando Filipe de Almeida, Manuela da Encarnação e Maria Inácia Santana.
<i>20 de abril</i>	<p>Tomada de posse de novos conselheiros</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Informações; 2. Aprovação do Relato da 133^a Sessão Plenária; 3. Apreciação e discussão do projeto de Parecer solicitado pelo Senhor Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior sobre o Projeto de Decreto-Lei que altera o regime jurídico dos graus e diplomas do ensino superior – Relatora (es): Conselheira (os) Ana Maria Leal Faria, Manuel José Damásio e Pedro Dominginhos; 4. Apreciação e discussão do projeto de Parecer solicitado pelo Senhor Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior sobre o Projeto de Decreto-Lei que altera o Estatuto do Estudante Internacional – Relatores(a): Conselheiros(a) João Pedro Louro, João Pedro Videira e Maria Calado; 5. Apresentação do Programa Aprendizagens Criativas Margarida Fragoso e Maria de Assis (Pelouro da Cultura, CML); 6. Plano Plurianual de Atividades 2018 e Plano de Atividades 2018; 7. Relatório de Atividades 2017.
<i>4 de abril</i>	<p>Tomada de posse dos novos conselheiros.</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Informações; 2. Aprovação dos relatos da 131.^a e 132.^a Sessões Plenárias; 3. Eleição de membros cooptados [(alínea v) do artigo 4^o da Lei Orgânica, Decreto-Lei n^o 21/2015 de 3 de fevereiro]; 4. Apreciação e discussão do projeto de Parecer solicitado pelo Senhor Ministro da Educação sobre o Regime jurídico da educação inclusiva no âmbito da

	<p>educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário – Relatores(a): Conselheiros(a) David Rodrigues, Rogério Cação e Teresa Leite;</p> <ol style="list-style-type: none">5. Apreciação e discussão do projeto de Parecer solicitado pelo Senhor Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior sobre o Projeto de Decreto-Lei que cria o regime jurídico dos centros académicos clínicos e dos projetos-piloto de hospitais universitários - Relator: Conselheiro António Fidalgo;6. Apreciação e discussão dos projetos de Parecer solicitados pelo Senhor Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior sobre os Projetos de Decreto-Lei que altera o regime jurídico dos graus e diplomas do ensino superior e que aprova o regime jurídico de reconhecimento de graus académicos e outras habilitações atribuídas por instituições de ensino superior estrangeiras – Relatores(a): Conselheiros(a) Ana Maria Leal Faria, Manuel José Damásio e Pedro Dominginhos;7. Apreciação e discussão do projeto de Parecer solicitado pelo Senhor Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior sobre o Projeto de Proposta de Lei que estabelece o regime jurídico das instituições que se dedicam à investigação científica e desenvolvimento – Relatora: Conselheira Isabel Sá Correia;8. Apreciação e discussão do projeto de Parecer solicitado pelo Senhor Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior sobre o Projeto de Decreto-Lei que altera o Estatuto do Estudante Internacional – Relatores(a): Conselheiros(a) João Pedro Louro, João Pedro Videira e Maria Calado;9. Apresentação do Programa Aprendizagens Criativas: Margarida Fragoso e Maria de Assis (Pelouro da Cultura, CML);10. Apresentação do Plano de Atividades 2018 (Atividades das Comissões).
--	---

III.2.2. Comissão Coordenadora

A Comissão Coordenadora, composta pelo(a) Presidente, pelos (as) Coordenadores (as) das Comissões Especializadas Permanentes e pelo Secretário-Geral, assume um papel relevante no funcionamento do Conselho. Cabe-lhe coadjuvar o(a) Presidente no exercício das suas funções, designadamente na elaboração dos planos de atividades do Conselho, no acompanhamento da sua execução e na preparação dos correspondentes relatórios de atividades. Compete-lhe, ainda, coordenar os trabalhos das comissões especializadas, estabelecer prioridades e praticar os atos internos indispensáveis à dinamização das atividades.

O quadro seguinte apresenta a composição da Comissão Coordenadora, em 2018:

QUADRO III.2.2.1 — Composição

Presidente do Conselho Nacional de Educação	<i>Maria Emília Brederode Santos</i>
Secretário-Geral do Conselho Nacional de Educação	<i>Manuel I. Miguéns</i>
Coordenadora da 1ª Comissão Especializada Permanente	<i>Joana Brocardo</i>
Coordenador da 2ª Comissão Especializada Permanente	<i>Pedro Lourtie</i>
Coordenador da 3ª Comissão Especializada Permanente	<i>Rui Canário</i>
Coordenador da 4ª Comissão Especializada Permanente	<i>Joaquim Azevedo (até 20/06/2018)</i> <i>Sérgio Niza (desde 17/09/2018)</i>
Coordenador da 5ª Comissão Especializada Permanente	<i>Bártolo Paiva Campos</i>
Coordenador da 6ª Comissão Especializada Permanente	<i>João Cravinho</i>

QUADRO III.2.2.2 — Funcionamento da Comissão Coordenadora

Data	Ordem de Trabalhos
<i>22 de outubro</i>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Informações; 2. Aprovação do relato da reunião anterior; 3. Anteprojeto de Recomendação sobre a transferência de competências para as autarquias locais e entidades intermunicipais no que se refere à rede pública de educação pré-escolar e de ensino básico e secundário, incluindo o ensino profissional 4. Reflexão em torno da oportunidade de uma recomendação sobre Educação de Adultos; 5. Estado da Educação 2017; 6. Atividades em preparação; 7. Atividades das Comissões.

<p><i>4 de julho</i></p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Informações; 2. Aprovação dos relatos das reuniões de 5 de março e de 23 de maio do corrente ano; 3. Análise de algumas questões educativas e consideração da oportunidade de eventual pronunciamento do Conselho. <ul style="list-style-type: none"> • Avaliação externa no ensino secundário e acesso ao ensino superior; • Currículo escolar – harmonização dos vários documentos de política; • Formação, seleção e recrutamento de professores. 4. Atividades das Comissões; 5. Outros assuntos.
<p><i>23 de maio</i></p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Informações; 2. Ponto da situação das atividades do Conselho; 3. Estado da Educação 2017; 4. Atividades das Comissões; 5. Outros assuntos.
<p><i>14 de março</i></p>	<p>Reunião com o Grupo de Trabalho de Acompanhamento das Transferências de Competências na Educação composto por deputados dos grupos parlamentares da Assembleia da República.</p>
<p><i>5 de março</i></p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Informações; 2. Pedidos de pareceres sobre o Ensino Superior e as Necessidades Educativas Especiais; 3. Preparação do Plenário; 4. Balanço do Seminário EUNEC/ Reunião com o diretor da política, estratégia e avaliação da Direção Geral de Educação e Cultura da Comissão Europeia; 5. Plano Plurianual 2018-2021; 6. Plano de Atividades 2018.
<p><i>10 de janeiro</i></p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Informações; 2. Relatório de Atividades 2017; 3. Plano Plurianual 2018-2021; 4. Plano de Atividades 2018; 5. Atividades das Comissões Especializadas Permanentes.

III.2.3. Comissões Especializadas Permanentes

A Lei Orgânica e o Regimento do CNE permitem a constituição de comissões especializadas, a título permanente ou eventual. Os membros do Conselho podem integrar no máximo, e com direito a voto, duas comissões especializadas permanentes, sem prejuízo da sua participação, sem direito a voto, nos trabalhos das restantes comissões. Às comissões podem ser agregadas, por determinação do Conselho, individualidades de reconhecida competência nos assuntos a tratar.

Em 2018, funcionaram no CNE seis comissões especializadas permanentes (CEP). Apresenta-se, de seguida, a composição, o funcionamento e uma síntese das atividades desenvolvidas por cada comissão.

- 1.^a Comissão Especializada Permanente - *Necessidades e desafios educativos das crianças*
 - 2.^a Comissão Especializada Permanente - *Necessidades e desafios educativos dos jovens*
 - 3.^a Comissão Especializada Permanente - *Necessidades e desafios educativos dos adultos*
 - 4.^a Comissão Especializada Permanente - *Atores e Recursos Educativos*
 - 5.^a Comissão Especializada Permanente - *Gestão das ofertas de educação*
 - 6.^a Comissão Especializada Permanente - *Desafios do futuro*
-

1.ª Comissão Especializada Permanente

Necessidades e desafios educativos das crianças

Partindo de um olhar focado nos destinatários, esta comissão estuda a adequação das respostas do sistema educativo às suas necessidades e aos desafios que hoje enfrentam.

Um eixo do trabalho a desenvolver foca-se numa caracterização do perfil das crianças e jovens dos 0-15 anos. A partir de dados de diversos estudos visa-se caracterizar amplamente quem são: hábitos de vida; interesses; diversidade étnica, cultural e linguística; literacia digital; visão sobre a aprendizagem; influência e interação com a família; expectativas futuras. Pretende-se construir uma visão abrangente que contemple não apenas as questões relacionadas com a vida escolar e que integre e estude as razões dos que estão afastados da escola e do sucesso.

Um segundo eixo de trabalho liga-se com o acompanhamento dos projetos de Autonomia e Gestão Flexível do Currículo e PPIP, visando perceber as potencialidades e limitações das opções seguidas pelos vários agrupamentos para promover o sucesso de todas as crianças e jovens. Procura-se ir além da análise organizacional macro e perceber o que se faz na sala de aula e que resposta é dada ao nível da integração de todas as crianças e jovens. Espera-se que o trabalho em torno deste eixo permita igualmente perceber como estão a ser trabalhadas as aprendizagens essenciais, como se articulam as mudanças de ciclo (incluindo a do pré-escolar para o 1.º ciclo) e como estão a ser trabalhadas temáticas e competências de educação para cidadania.

Com interseção com os anteriores, perspetiva-se um terceiro eixo de trabalho, focado numa análise detalhada dos resultados do TIMSS 2015 e PIRLS 2016, que inclua uma reflexão sobre aspetos não trabalhados nos relatórios oficiais.

Um quarto e último eixo de trabalho foca as respostas educativas às crianças dos 0 aos 3 anos. Retomando a recomendação do CNE de 2011 pretende-se voltar a analisar este tema, perspetivando linhas de reflexão e eventual mudança.

QUADRO III.2.3.1 — Composição da 1.ª Comissão

Conselheiros
Joana Brocardo (Coordenadora) Antero de Oliveira Resende David Rodrigues Fernando Almeida Henrique Lobo Antunes Inês Duarte Lurdes Figueiral Manuel Grilo (até 27 de outubro de 2018) Manuela Encarnação Maria Conceição Marques Maria Inácia Santana Rogério Cação Teresa Maria Santos Leite

QUADRO III.2.3.2 — Funcionamento da 1.ª Comissão

Data	Ordem de Trabalhos
<i>11 de junho</i>	1. Acompanhamento do projeto de gestão flexível do currículo: <ul style="list-style-type: none"> • Audição do Agrupamento de Escolas de Colmeias • Audição do Agrupamento de Escolas do Monte de Caparica 2. Aprovação de proposta de relato da reunião anterior; 3. Reflexão sobre o Seminário "Educação para todos: os invisíveis, os discriminados e os outros", realizado no dia 28 de maio; 4. Informações.
<i>2 de maio</i>	Reunião Conjunta 1.ª e 2.ª Comissões Especializadas Permanentes 1. Audição do Diretor-Geral de Educação sobre a implementação do projeto de autonomia e flexibilidade curricular dos ensinos básico e secundário. 2. Análise do Anteprojeto de Parecer "Currículo dos ensinos básico e secundário".
<i>21 de março</i>	1. Análise do anteprojeto de Parecer solicitado ao CNE pelo Senhor Ministro da Educação sobre o Projeto de Decreto-Lei que aprova o regime jurídico da educação inclusiva no âmbito da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário; 2. Informações.
<i>9 de março</i>	1. Informações; 2. Temas a focar/aprofundar e sua priorização; 3. Organização do trabalho a realizar.

Síntese das Atividades da 1.^a Comissão

Em 2018, a Comissão procedeu a uma recolha e apresentação de múltiplos dados sobre o Perfil do Aluno – Crianças e Jovens dos 0 aos 15 anos.

De igual modo, analisou os anteprojetos de parecer solicitados ao Conselho pelo Ministério da Educação: o primeiro sobre o projeto de Decreto-Lei que procede à revisão do Regime jurídico da educação inclusiva no âmbito da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário; o segundo sobre o “Projeto de Decreto-Lei sobre o currículo dos Ensinos Básico e Secundário” que constitui a sétima revisão curricular do Ensino Básico (2002, 2007, 2008, 2011 e 2012) e do Ensino Secundário (2004, 2006, 2007, 2008, 2011 e 2012) após a revisão participada do currículo de 2001 (DL n.º 6/2001 e DL n.º 7/2001, de 18 de janeiro).

Sobre a implementação do projeto de autonomia e flexibilidade curricular dos ensinos básico e secundário foi realizada uma audição do Diretor-Geral de Educação, em conjunto com a 2.^a Comissão Especializada Permanente. No âmbito do acompanhamento do projeto de gestão flexível do currículo ouviu o Agrupamento de Escolas de Colmeias e o Agrupamento de Escolas do Monte de Caparica.

Colaborou na organização do Seminário "Educação para todos: os invisíveis, os discriminados e os outros" que decorreu em 28 de maio e que contou com intervenções de especialistas e de investigadores, bem como testemunhos de diferentes atores: encarregada de educação, mediadora, diretor de escola e estudantes.

2ª Comissão Especializada Permanente

Necessidades e desafios educativos dos jovens

A 2ª Comissão tem como objetivo central a identificação das necessidades e desafios educativos dos jovens de 15 a 24 anos, tendo em conta os seus perfis e interesses. Desta identificação decorrem as condições que o sistema de educação e formação deverá proporcionar para que todos estes jovens possam maximizar o seu potencial como pessoas, cidadãos e profissionais. A adequação do sistema a todos os jovens, independentemente da sua condição social e pessoal, é condição para o sucesso educativo e para a integração social. Da qualificação e da adequação do sistema depende o progresso e a sustentabilidade da sociedade portuguesa, bem como a qualidade de vida e a participação democrática dos cidadãos.

QUADRO III.2.3.3 — Composição da 2.ª Comissão

Conselheiros
Pedro Lourtie (Coordenador)
Álvaro Almeida dos Santos (até 4 de abril de 2018)
Álvaro Borrvalho
Ana Maria Batista Lima
Ana Maria Leal Faria
António Fidalgo
António Manuel Barbosa Ferreira
António Pedro Antunes Barreiro
António Rocha Martins da Silva
Carlos Maurício Gonçalves Barbosa (até 4 de julho de 2018)
Hugo Carvalho
Inês Duarte
Isabel Sá Correia
João Pedro Rocha Videira
João Pedro Vila Viçosa Louro
Manuel José Damásio
Joaquim Mourato
Jorge Ascensão
Jorge Moreira de Sousa
José Leon Acosta Carrilho
José Luís Diogo Presa
Luís Capucha
Nilza de Sena
Pedro Dominginhos
Pedro Teixeira (até 4 de abril de 2018)
Rodrigo Queiroz e Melo

QUADRO III.2.3.4 — Funcionamento da 2.^a Comissão

Data	Ordem de Trabalhos
<i>02 de maio</i>	Reunião Conjunta 1.^a e 2.^a Comissões Especializadas Permanentes <ol style="list-style-type: none"> 1. Audição do Diretor-Geral de Educação sobre a implementação do projeto de autonomia e flexibilidade curricular dos ensinos básico e secundário; 2. Análise do Anteprojeto de Parecer “Currículo dos ensinos básico e secundário”.
<i>12 de abril</i>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Informações; 2. Apreciação dos projetos de parecer sobre o “Regime jurídico de graus e diplomas do ensino superior” e “Estatuto do Estudante Internacional”.
<i>20 de março</i>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Informações e aprovação do relato da reunião anterior; 2. Análise e debate dos projetos de parecer; 3. Reflexão sobre as atividades a desenvolver.
<i>22 de fevereiro</i>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Informações; 2. Objetivos prioritários para 2018; 3. Preparação de Seminário sobre “Estudos recentes e o relatório da OCDE sobre o Ensino Superior”.

Síntese das Atividades da 2.^a Comissão

Em 2018, a Comissão realizou uma audição ao Diretor-Geral de Educação, em conjunto com a 1.^a Comissão Especializada Permanente, sobre a implementação do projeto de autonomia curricular, e ouviu os representantes do Conselho Nacional da Juventude e do Observatório Permanente da Juventude, com o objetivo de caracterizar, na medida do possível, os jovens dos 15 aos 24 anos, identificando estilos de vida, motivações e os principais desafios que enfrentam.

Apreciou os anteprojetos de parecer sobre o “Regime jurídico de graus e diplomas do ensino superior” e “Estatuto do Estudante Internacional”.

Colaborou na organização do Seminário *Ensino Superior em Portugal, uma estratégia para o futuro*.

3.^a Comissão Especializada Permanente

Necessidades e desafios educativos dos adultos

Esta Comissão desenvolverá uma atividade norteada pela finalidade de colocar os problemas da educação e formação da população adulta no centro da agenda educativa do país. Procurar-se-á contribuir para a construção de consensos alargados na sociedade portuguesa que permitam a definição e desenvolvimento de uma política pública de educação e formação de adultos, estruturada, coerente e duradoura referenciada a uma conceção de Educação Permanente.

Três eixos estão no foco da Comissão:

- Medidas destinadas a superar a situação estrutural de baixas qualificações da população adulta o que implica quer a promoção de ofertas de segunda oportunidade para grupos socialmente mais vulneráveis, quer medidas que incentivem a população adulta à continuação de estudos no ensino superior;
- Oportunidades de formação profissional, tendo em vista, a melhoria do desempenho económico do país e dos serviços públicos, a inserção social no mundo do trabalho, bem como percursos de promoção social e de valorização profissional;
- Oportunidades de aprendizagem e valorização pessoal dos adultos no quadro de situações de lazer, de envelhecimento ativo e de promoção da cidadania democrática.

Procurar-se-á, com um sentido prospetivo, incentivar a visibilidade de estratégias educativas a nível local e regional, baseadas na integração de recursos e na convergência da ação de uma pluralidade de atores sociais e educativos, mobilizando as experiências de vida dos aprendentes adultos bem como o rico património associativo e cultural da sociedade civil.

QUADRO III.2.3.5 — Composição da 3.^a Comissão

Conselheiros
Rui Canário (a partir de 4 de abril de 2018)
Carlos Maurício Gonçalves Barbosa (até 4 de julho de 2018)
Cristina Coimbra
Daniel Soares de Oliveira
Luís Capucha
Pedro Augusto d'Almeida Freire
Pedro Dominginhos
Rogério Cação

QUADRO III.2.3.6 — Funcionamento da 3.ª Comissão

Data	Ordem de Trabalhos
<i>21 de novembro</i>	<ol style="list-style-type: none">1. Balanço do Seminário Educação de Adultos-ninguém pode ficar para trás, realizado em 20 de setembro;2. Recomendação sobre políticas de educação de adultos;3. Programação de audições.
<i>07 de junho</i>	<ol style="list-style-type: none">1. Informações sobre a atividade do CNE;2. Ponto da situação sobre a Educação de Adultos em Portugal (Programa Qualifica e Relatório da OCDE 2018);3. Organização de um Colóquio sobre Educação de Adultos.
<i>20 de abril</i>	<ol style="list-style-type: none">1. Membros da Comissão: pertença institucional, motivações e experiências na área de educação de adultos.2. Atividades e metodologia a desenvolver pela Comissão.

Síntese das Atividades da 3.ª Comissão

Para além das 3 reuniões efetuadas, esta Comissão organizou o Seminário intitulado “Educação de adultos: ninguém pode ficar para trás”, que teve lugar no dia 20 de setembro no Auditório do Conselho Nacional de Educação.

Em 2018, a Comissão iniciou o trabalho de reflexão com vista à elaboração de uma recomendação sobre Educação e Formação de Adultos, tendo realizado duas audições sobre experiências e modalidades de EFA; identificação de potencialidades e constrangimentos no campo da Educação de Adultos; apreciação sobre a situação atual da EFA, com particular incidência nos chamados “públicos difíceis” e nas modalidades de educação não-formal.

4.^a Comissão Especializada Permanente

Atores e Recursos Educativos

Esta Comissão presta especial atenção aos atores e às comunidades educativas, com destaque para a análise do papel exercido pelos alunos (a voz dos alunos), pelos professores, a braços com um acentuado envelhecimento e cansaço profissional, e por outros técnicos que intervêm na educação escolar, pelos pais e pelos representantes locais nos órgãos de governo das escolas. A ação concertada desta pluralidade de atores deve servir sempre o maior interesse dos alunos, das suas aprendizagens e do seu desenvolvimento e não ser um palco para a descoordenação e o conflito entre parceiros sociais.

Um cuidado particular é atribuído à profissionalidade docente, desde a sua formação inicial e integração na carreira, até à sua formação contínua e em exercício, passando pela análise das condições do exercício profissional, pelo perfil ético e pela deontologia profissional, bem como pelos modelos instituídos de apoio à melhoria permanente da qualidade do exercício profissional, tanto da atividade letiva como do exercício de funções de liderança pedagógica e escolar.

Por outro lado, esta Comissão analisa os outros recursos afetos à educação, com um foco especial nos espaços e equipamentos, nos materiais de apoio a um ensino-aprendizagem de qualidade e nos esforços que o país está a realizar em preparar as escolas para responder aos desafios da inovação e da criatividade educacionais. As redes de apoio à inovação, à autonomia das escolas e à flexibilidade curricular constituem igualmente focos do trabalho da Comissão, acompanhando as políticas em curso nestes domínios.

QUADRO III.2.3.7 — Composição da 4.^a Comissão

Conselheiros
Sérgio Niza (Coordenador a partir de 17 de setembro de 2018)
Joaquim Azevedo (Coordenador até 20 de junho de 2018)
Álvaro Almeida dos Santos (até 6 de abril de 2018)
Ana Maria Leal Faria
Anabela Grácio (até 4 de abril de 2018)
Carlos Alberto Chagas (até 20 de julho de 2018)
Carlos Percheiro
Fernando Almeida
Francisco Nunes dos Santos
Helder Sousa Henrique Lobo Borges
Joaquim João Dias da Silva
Jorge Ascenção

Jorge Moreira de Sousa Lurdes Figueiral Manuel Grilo (até 27 de outubro de 2018) Manuela Encarnação Maria Calado (até 24 setembro) Maria Inácia Vidigueira Santana Mário Nogueira Nuno Seruca Ferro Paulo Lopes Paulo Sucena Teresa Maria Santos Leite Vanessa Silva (até 14 de março de 2018)

QUADRO III.2.3.8 — Funcionamento da 4.^a Comissão

Data	Ordem de Trabalhos
<i>04 de dezembro</i>	1. Ponto da situação dos trabalhos de grupo preparatórios das Recomendações a submeter a uma das próximas sessões plenárias; 2. Organização dos procedimentos a desenvolver com vista à apresentação de cada uma das Recomendações.
<i>2 de outubro</i>	1. Informações; 2. Análise do plano de atividades da Comissão para 2018-2019, revisão e agendamento das ações a realizar.
<i>16 de março</i>	1. Apresentação dos Conselheiros; 2. Âmbito e prioridades do trabalho desta nova Comissão; 3. (inclui uma informação dos trabalhos sobre os docentes desenvolvidos na anterior comissão); 4. Programação das atividades da Comissão para o ano 2018 e 2019; 5. Outros assuntos.

Síntese das Atividades da 4.^a Comissão

A planificação das atividades da 4.^a Comissão reporta-se aos anos de 2018 e de 2019. No entanto, o facto de a Comissão ter mudado de coordenador durante o ano de 2018 teve impacto no normal funcionamento dos trabalhos.

Ao longo do ano, a 4.^a Comissão realizou três reuniões com o objetivo de planificar a sua atividade, de definir e executar as ações prioritárias. Tendo decidido debruçar-se sobre a situação do corpo docente e dos demais profissionais da educação, deu início a um trabalho de recolha, análise e reflexão que deverá conduzir à elaboração de projetos de recomendação sobre estas matérias.

5.^a Comissão Especializada Permanente

Gestão das ofertas de educação

Esta Comissão focaliza-se nas políticas que regulam o papel das várias entidades que, a nível nacional, regional, autárquico e de escola, participam na gestão das ofertas de educação e formação, e também nas práticas de implementação daquelas políticas. São estas práticas que influenciam a efetiva configuração das oportunidades de ensino e de aprendizagem proporcionadas aos alunos nas escolas. Conforme a sua configuração, assim estas oportunidades podem, em cada contexto, contribuir com mais ou menos eficácia e eficiência para a prossecução das aprendizagens socialmente estimadas como relevantes, garantindo, simultaneamente, maior ou menor qualidade e equidade às ofertas de educação e formação.

QUADRO III.2.3.9 — Composição da 5.^a Comissão

Conselheiros
Bártolo Paiva Campos (Coordenador)
António Manuel Barbosa Ferreira
Carlos Percheiro
Daniel Soares de Oliveira
Francisco Nunes dos Santos
Gonçalo Xufre
Isabel Menezes
José Leon Acosta Carrillo
José Luís Diogo Presa
Maria Calado
Nuno Seruca Ferro
Paulo Lopes
Pedro Folgado (desde 4 de abril de 2018)
Sérgio Niza
Vanessa Silva (até 14 de março de 2018)

QUADRO III.2.3.10 — Funcionamento da 5.^a Comissão

Data	Ordem de Trabalhos
<i>24 de setembro</i>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Informações; 2. Elaboração da versão final de um projeto de recomendação do CNE sobre a transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais em matéria de educação; 3. Outros assuntos

<p><i>19 de junho</i></p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Informações; 2. Debate sobre a Proposta de Lei de descentralização e o Projeto de DL setorial relativo à sua concretização no domínio da educação, tendo em vista a elaboração pela 5.^a Comissão de um projeto de Recomendação sobre Participação Autárquica na Gestão das Ofertas de Educação e Formação; 3. Outros assuntos.
<p><i>23 de maio</i></p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Audição sobre os projetos de alteração legislativa no domínio da descentralização para as autarquias locais de competências do setor da educação, dos seguintes especialistas: <ul style="list-style-type: none"> • Dora Fonseca e Castro • João Barroso • João Pinhal • Jorge Martins 2. Informações; 3. Outros assuntos.
<p><i>02 de maio</i></p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Informações; 2. Atividades da Comissão no domínio da Avaliação da Qualidade das Ofertas de Formação Profissional. 3. Audições sobre os projetos de alteração legislativa no domínio da descentralização para as autarquias locais de competências do setor da educação: <ul style="list-style-type: none"> CGTP/SFP (11h – 11h30m); CGTP/FENPROF (11h30m – 12h); UGT/FNE/pessoal não docente (12h – 12h30m); UGT/FNE/docentes (12h30m – 13h); 4. Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade (13h – 13h30m).
<p><i>13 de abril</i></p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Informações; 2. Implicações para as atividades da Comissão da reunião da Comissão Coordenadora do CNE com o Grupo de Trabalho de Acompanhamento das Transferências de Competências na Educação da Comissão de Educação da AR; 3. Primeira análise da Proposta de Lei sobre Descentralização no que diz respeito ao sector da educação e do Projeto de Decreto-Lei sectorial que deverá secundar a sua publicação; 4. Atividades da Comissão no domínio da Avaliação da Qualidade das Ofertas de Formação Profissional; 5. Outros assuntos.
<p><i>28 de fevereiro</i></p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Informações; 2. Delimitação da temática abrangida pela 5.^a Comissão Especializada e tipos de atividades a realizar; 3. Contributo para o Plano de Atividades plurianual do CNE; 4. Atividades prioritárias da Comissão em 2018; 5. Organização da primeira atividade da Comissão a iniciar em 2018; 6. Outros assuntos.

Síntese das Atividades da 5.ª Comissão

O trabalho desenvolvido pela comissão ao longo do ano de 2018 incidiu essencialmente sobre a participação autárquica na gestão das ofertas de educação e formação.

Nesta perspetiva, as seis reuniões realizadas pela 5ª Comissão foram dedicadas a:

- análise e debate da Proposta de Lei sobre Descentralização no que diz respeito ao sector da educação e do respetivo Projeto de Decreto-Lei sectorial;
- audições de representantes de centrais sindicais sobre os projetos de alteração legislativa no domínio da descentralização para as autarquias locais de competências do setor da educação relativamente a pessoal docente e não docente e de investigadores com pensamento e trabalho sobre estas matérias.
- elaboração e debate de projeto de Recomendação sobre Transferência de Competências para as Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais.

A 5ª Comissão propôs ainda a audição, no plenário, do Inspetor-Geral de Educação e Ciência sobre avaliação externa das escolas e da Secretária de Estado Adjunta e da Educação sobre transferência de competências para as autarquias.

Paralelamente à preparação da Recomendação, a assessoria do CNE elaborou um relatório técnico sobre “Participação autárquica na gestão das ofertas de educação e formação”, tendo por base uma recolha de legislação e de projetos de legislação, um inventário das iniciativas passadas do CNE sobre esta temática, bem como o descritivo das políticas adotadas por outros países nesta matéria.

6.^a Comissão Especializada Permanente

Desafios do futuro

Que consequências terão os desenvolvimentos tecnológicos não apenas sobre as profissões (as que desaparecem, as que precisam de ser reforçadas e as que ainda não foram inventadas) mas sobre a própria natureza e distribuição do trabalho entre todos ao longo de toda a vida e para cada um, na sua relação com o lazer? Como deverá a educação encarar as alterações climáticas, o desenvolvimento sustentável, a solidariedade intergeracional?

São questões que não interpelam só a educação, que têm efeitos muito mais gerais sobre a sociedade, mas que na educação adquirem uma importância acrescida por esta ser um instrumento privilegiado para orientar, pilotar, comandar a mudança. Cabe a esta Comissão, em colaboração com outras instâncias, refletir sobre estas questões na procura de cenários alternativos de resposta.

QUADRO III.2.3.11 — Composição da 6.^a Comissão

Conselheiros
João Cravinho (Coordenador)
Ana Maria Batista Lima
António Fidalgo (a partir de 8 de março)
António Rocha Martins da Silva
Francisco Miranda Rodrigues (a partir de 19 de julho)
Gonçalo Xufre
Hugo Carvalho
Isabel Menezes
Isabel Sá Correia
João Pedro Rocha Videira
João Pedro Vila Viçosa Louro
Joaquim João Dias da Silva
José Manuel Bolieiro (a partir de 6 de abril de 2018)
Manuel José do Carmo Ferreira (a partir de 30 de julho de 2018)
Manuel José Damásio
Nilza de Sena
Pedro Augusto d'Almeida Freire
Pedro Calado
Pedro Guilherme Rocha dos Reis
Pedro Lourtie
Porfírio Silva
Rodrigo Queiroz e Melo (como observador)

Rosalia Vargas
Sebastião Feyeo de Azevedo (até 7 de novembro de 2018)
Rui Canário

QUADRO III.2.3.12 — Funcionamento da 6.^a Comissão

Data	Ordem de Trabalhos
<i>11 de dezembro</i>	<ol style="list-style-type: none">1. Informações;2. Aprovação do relato da reunião anterior;3. Ponto da situação da Conferência A Educação e os desafios do futuro;4. Outras atividades a desenvolver;5. Outros assuntos.
<i>04 de junho</i>	<ol style="list-style-type: none">1. Informações;2. Aprovação da proposta de relato da reunião anterior;3. Ratificação do esquema da Conferência A Educação e os Desafios do Futuro;4. Ratificação do esquema da Conferência A Centralidade da Educação face aos Desafios do Futuro- Onde estamos? Pontos da situação;5. Processos organizativos das conferências e referências de autores de intervenções e convidados;6. Outros assuntos
<i>16 de maio</i>	<ol style="list-style-type: none">1. Informações;2. Trabalhos a desenvolver pela Comissão em 2018.

Síntese das Atividades da 6.^a Comissão

Em 2018, a Comissão focou a sua ação no debate e organização da Conferência *A Educação e os Desafios do Futuro*, que decorrerá em 29 e 30 de janeiro de 2019. Para além disso, debateu e refletiu acerca dos modelos e temas de futuras iniciativas.

III.2.4. Assessoria técnico – científica e serviços administrativos

O Conselho dispõe de uma assessoria técnico-científica e serviços administrativos que funcionam na dependência do Secretário-Geral e a quem compete o apoio às atividades do Conselho, designadamente as de natureza técnica — informação, documentação, secretariado, contabilidade, expediente e arquivo.

Na área técnico-científica, pode referir-se a participação na conceção e no apoio ao desenvolvimento das diferentes atividades, quer a nível interno (reuniões do Plenário e das Comissões Especializadas Permanentes, preparação de Pareceres e Recomendações), quer as abertas ao exterior (organização de seminários, audições, edição e publicação de textos). Destacam-se, também, a pesquisa e tratamento de dados estatísticos e a análise de literatura especializada com vista à elaboração de diversos documentos, de que são exemplo o relatório sobre o *Estado da Educação* e os relatórios técnicos de suporte aos pareceres e recomendações.

Outras tarefas, de natureza administrativa, decorreram ao longo do ano, designadamente composição e montagem de textos para publicação, gestão do sistema de informação contabilística, processamento de documentos, organização e arquivo de informação, atendimento e encaminhamento do público.

QUADRO III.2.5.1

Assessoria Técnico-Científica	Ana Maria Canelas Ana Margarida Rodrigues António Dias Ercília Faria Filomena Ramos Isabel Pires Rodrigues Maria do Carmo Gregório Maria Emanuel Albergaria Paula Félix Rute Perdigão
Secretariado	Ana Maria Tanchão Cristina Brandão
Contabilidade	Paula Barros Rosa Barreto Martins
Receção	Ana Maria Estríbio
Motorista	Joaquim Julião

IV – Orçamento e Execução Financeira

A execução orçamental do CNE envolveu os recursos financeiros para o seu funcionamento corrente, não se encontrando incluídos os encargos com os vencimentos do pessoal afeto ao CNE, que são pagos pelas dotações comuns da Secretaria-Geral.

As dotações globais ascenderam a **392 889 € de Receitas Gerais e 34 433€ de Receitas Próprias**.

No Orçamento de Funcionamento a taxa de execução proveniente de *Receitas gerais* foi de 96% e *Receitas Próprias* de 99.98%.

(euros)

<i>ORÇAMENTO 2018</i>		DESPESAS	
Do Orçamento de Estado (OE)	RECEITAS gerais	valor	grau de execução orçamental da despesa
Rubricas orçamentais			
Pessoal	249012	237536	95.4
Consumos Correntes	134050	133527	99.6
Maquinaria/Equipamento	9827	7365	75
Total	392889	378427	96
Outras fontes de financiamento		DESPESAS	
	RECEITAS próprias		
FF – 123 - FFMS	5869	5868	99.98
FF – 211 –FEDER– Fundos Comunitários	28564	28563	99.99

V – Balanço do Trabalho Realizado

O ano de 2018 foi muito intenso para o Conselho Nacional de Educação. As Comissões Especializadas Permanentes, cujos objeto e constituição foram reformulados em finais de 2017, iniciaram o seu trabalho centrado nas necessidades e desafios educativos de crianças, jovens e adultos, de forma a abarcar os que estão fora do sistema e os que, mesmo estando dentro, necessitam de respostas específicas. Outras temáticas relacionadas com os atores e recursos da educação, a gestão das ofertas de educação e os desafios do futuro estiveram presentes na sua ação.

Nessa medida, gostaria de destacar o Seminário *Educação para todos: os invisíveis, os discriminados e os outros*, realizado em maio, que pretendeu dar visibilidade aos elos mais frágeis do sistema e aprender com experiências que ajudem a adotar práticas mais adaptadas à diversidade dos alunos que frequentam as escolas, para que a educação seja efetivamente para todos. Em setembro, o CNE organizou um seminário sobre educação de adultos que, partindo do problema estrutural que Portugal apresenta relativamente aos níveis de literacia, competências-chave e qualificações da população adulta, quis dar mais um passo no caminho de uma política pública de educação e formação da população adulta, que esteja presente em todos os lugares e momentos da vida e possa abranger a ampla diversidade de áreas da experiência humana.

De igual modo, os seminários realizados em novembro e dezembro sobre direitos humanos e literacia mediática quiseram refletir e debater sobre como se pode promover o apreço, o respeito e a defesa das liberdades, garantias e dos direitos consagrados na Declaração Universal dos Direitos Humanos, na Convenção Europeia dos Direitos Humanos e na Constituição da República Portuguesa, e sobre como os desafios colocados pela revolução digital nos exigem o domínio de um conjunto complexo de competências, não apenas as ligadas ao uso e acesso à tecnologia ou à produção de novos conteúdos, mas igualmente as de compreensão, avaliação e análise crítica dos conteúdos e dos seus efeitos.

Ainda a propósito da comemoração dos 70 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos e dos 40 anos da Convenção Europeia dos Direitos Humanos, o CNE organizou uma exposição Direitos Humanos Hoje – 70 anos da Declaração Universal, constituída por: Direitos à Solta – 30 ilustrações da autoria de Danuta Wojciechowska, cedidas pela Associação para a Promoção Cultural da Criança; #StandUp4HumanRights - Posters for Tomorrow, 40 posters sobre os Direitos Humanos, da autoria de designers de vários países do mundo, exposição cedida pela United Nations High Commissioner for Human Rights; Direitos Humanos – Todos para Todos, sete posters produzidos

pela Comissão Nacional dos 50 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos; Livros e materiais de apoio à Educação para os Direitos Humanos.

Em resultado do trabalho desenvolvido no seio da 5ª Comissão Especializada Permanente foi aprovada, em novembro, a Recomendação sobre transferência de competências “no que se refere à rede pública de educação pré-escolar e de ensino básico e secundário, incluindo o ensino profissional”. Este assunto trouxe ao CNE a Senhora Secretária de Estado Adjunta e da Educação para uma apresentação desta política, que teve lugar em 17 de setembro. Paralelamente ao estabelecimento de uma agenda própria, que caracteriza o CNE pela sua natureza de órgão consultivo independente, o Conselho respondeu a um conjunto de solicitações do Governo, que se traduziu na elaboração de sete pareceres. De realçar que estes pareceres, solicitados pelos Ministros da Educação e da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, foram todos aprovados em duas reuniões plenárias realizadas no mês de abril de 2018. Para além dos pareceres sobre educação inclusiva e currículo dos ensinos básico e secundário, o CNE foi chamado a pronunciar-se sobretudo sobre questões ligadas ao ensino superior, nomeadamente o Projeto de Decreto-Lei que cria o regime jurídico dos centros académicos clínicos e dos projetos-piloto de hospitais universitários; os Projetos de Decreto-Lei que altera o regime jurídico dos graus e diplomas do ensino superior e que aprova o regime jurídico de reconhecimento de graus académicos e outras habilitações atribuídas por instituições de ensino superior estrangeiras; o Projeto de Proposta de Lei que estabelece o regime jurídico das instituições que se dedicam à investigação científica e desenvolvimento e o Projeto de Decreto-Lei que altera o Estatuto do Estudante Internacional.

O relatório “Estado da Educação 2017” foi apresentado em novembro. Para além do conjunto de indicadores cuja evolução pretende retratar a situação educativa nacional, a edição de 2018 do relatório debruçou-se sobre o interior. As tragédias dos incêndios, vividas recentemente, trouxeram para o presente as assimetrias territoriais que perduram e se acentuam e as diferentes velocidades a que o país evolui. Assim, procurou-se, sempre que possível, que esta variável fosse analisada nos diferentes capítulos, para além de um conjunto de artigos que constituem a Parte II do relatório.

Este balanço não é exaustivo e destaca algumas das atividades do Conselho ao longo de 2018, que se encontram descritas neste relatório. Muitas outras iniciativas podiam ser referidas tais como as audições realizadas, quer no seio das Comissões Especializadas Permanentes, quer em reuniões plenárias, o relatório técnico que acompanhou a elaboração da Recomendação sobre transferência de competências, os seminários sobre *Ensino Superior em Portugal, uma estratégia para o futuro* e o

realizado pela EUNEC, com a colaboração do CNE, *Promoting citizenship and common values through education*.

Tal como escrevi na Introdução ao relatório *Estado da Educação 2017* a inspiração da atividade do CNE continuará a ser o pedir mais e melhor à educação: aprendizagens profundas, duradouras, significativas e sábias que coloquem o ser humano e o bem comum no centro da sua atuação, face a uma situação política mundial com crescentes conflitos, divisões e recuos civilizacionais e a um desenvolvimento da sociedade digital que requer uma formação avançada nas áreas tecnológicas.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 31 de dezembro de 2018

A Presidente, Maria Emília Brederode Santos

ANEXO – Programas de Conferência, Seminários e Fórum

Seminário: **Promoting citizenship and common values through education**
EUNEC | Conselho Nacional de Educação

THURSDAY, 1 March 2018

08h45 - Registration

Chair of the day - Manuel Miguéns

EUNEC president and secretary general of the CNE

WELCOME AND INTRODUCTION TO THE THEME

09h15 –09h30

Welcome to the CNE

Maria Emília Brederode Santos

President of the Portuguese Education Council

Welcome to the Conference

Manuel Miguéns

EUNEC president and secretary general of the CNE

KEY NOTE PRESENTATIONS from an international perspective

9h30 -9h50

The EU, Common Values and Education

Stefaan Hermans

Director of Policy Strategy and Evaluation EC

9h50 – 10h20

Rethinking citizenship education

Tristan McCowan

University College, London

10h20 – 10h50

Citizenship education in the EU - policies and practices from and for the life of schools

Isabel Menezes

Member of CNE

10h50– 11h10 - COFFEE

11h10 – 11h40

Citizenship Education at the Council of Europe

Christopher Reynolds

Programme Manager, Education Department, Council of Europe

11h40– 12h10

Becoming citizens in a changing world. International and European highlights from the IEA (ICCS, 2016)

Ralph Carstens

Co-Head of International Studies Unit, IEA

12h10 – 12h25

Linking theory and practice. Presentation of doctoral research project “Dynamic relations between teachers beliefs on language and citizenship on the one hand and teacher-student- interaction on the other hand”

Reinhilde Pulinx

Ghent University – Flemish Education Council

12h25– 13h25

Questions and answers

FRIDAY, 2 March 2018

Chair of the day - Mia Douterlungne

EUNEC secretary general and secretary general of the Flemish Education Council

**PROMOTING CITIZENSHIP AND COMMON VALUES THROUGH EDUCATION.
APPROCHES BY EUNEC MEMBERS**

09h00-09h30

ACT: citizenship projects led by students and accompanied by teachers.

A multi-national Erasmus+ project

Emily Helmeid-Shitikov

Head of Research and International Relations (CNESCO, France)

09h30-11h00

Round table with presentation of cases by EUNEC members:

Cyprus, *Despo Kyprianou*

Ireland, *Phil Fox*

Netherlands, *Richard Toes*

Portugal, *Hugo Carvalho*

Flanders, *Griet Vandervelde*

11h00-12h00

Debate between education councils, leading to conclusions

Seminário: **Ensino Superior em Portugal, uma estratégia para o futuro**

Data: 19 de março de 2018

Local de realização: Auditório do Conselho Nacional de Educação

9h30

ABERTURA

Manuel Heitor

Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior

Maria Emília Brederode Santos

Presidente do Conselho Nacional de Educação

10h00

Recomendações da OCDE sobre o Ensino Superior

Pedro Lourtie

Conselho Nacional de Educação

10h20 MESA REDONDA

Nuno Mangas

Conselho Coordenador dos Institutos Superiores Politécnicos

António Fontainhas Fernandes

Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas

Manuel José Damásio

Associação Portuguesa de Ensino Superior Privado

Ensino Superior: Uma estratégia para o país

João Pedro Videira

Conselho Nacional de Educação | Federação Académica do Porto

João Graça

UNBABEL

Presidente da Mesa

Pedro Lourtie

Conselho Nacional de Educação

12h00 Debate

12h30

Helena Nazaré

Conselho Coordenador do Ensino Superior

Presidente da Mesa

Pedro Teixeira

Conselho Nacional de Educação

13h00

Almoço livre

14h30

Estratégias para o desenvolvimento do Ensino Superior em Portugal

PAINEL 1

O Ensino Superior no longo prazo

João Filipe Queiró

Universidade de Coimbra

A universidade como deve ser

Miguel Tamen

Universidade de Lisboa

António Feijó

Universidade de Lisboa

Presidente da Mesa

Ana Leal Faria

Conselho Nacional de Educação

15h30 Debate

15h45 Pausa para café

16h00

PAINEL 2

Miguel Portela

Universidade do Minho

Educação Superior em Portugal.

Síntese, conclusões e propostas de orientação para a Rede de Educação Superior

Maria João Moreira

Instituto Politécnico de Castelo Branco

Bases para definir uma estratégia para a Educação Superior em Portugal

Júlio Pedrosa

Universidade de Aveiro

Presidente da Mesa

Pedro Dominginhos

Conselho Nacional de Educação

17h00

Debate

Seminário - **Educação para todos: os invisíveis, os discriminados e os outros**

Data: 28 de maio de 2018

Local de realização: Auditório do Conselho Nacional de Educação

9h30

ABERTURA

Maria Emília Brederode Santos
Presidente do Conselho Nacional de Educação

Tiago Brandão Rodrigues
Ministro da Educação

10h00

CONFERÊNCIA

António Firmino da Costa
ISCTE

Presidente da Mesa
Joana Brocardo
Conselho Nacional de Educação

10h30

Os Invisíveis na Saúde

Gregória Paixão von Amann
Direção Geral de Saúde

Ana Lacerda
Instituto Português de Oncologia

Elvira Rebelo
Encarregada de Educação

Presidente da Mesa
Pedro Reis
Conselho Nacional de Educação

11h30

PAUSA PARA CAFÉ

11h45

Os Invisíveis na Justiça

Catarina Tomás
ESE de Lisboa / CICS.NOVA

Ana Manso
CICS.NOVA

Carlos Bento
Casa de Acolhimento Via Nova – Vila Real

Presidente da Mesa

Rosalia Vargas

Conselho Nacional de Educação

DEBATE

13h00

ALMOÇO LIVRE

14h30

Os Discriminados: Crianças de Etnia Cigana

Maria José Casa-Nova

Observatório das Comunidades Ciganas

Olga Mariano

AMUCIP

Maria Manuela Mendes

CIES-IUL

Presidente da Mesa

Jorge Ascenção

Conselho Nacional de Educação

15h45

Os Discriminados: Imigrantes e Refugiados

Teresa Seabra

ISCTE

Marwah e Alov

Bolseiras APGES

Adelino Calado

Diretor AE de Carcavelos

Presidente da Mesa

Pedro Calado

Conselho Nacional de Educação

DEBATE

17h30

ENCERRAMENTO

Jorge Sampaio

Seminário – **Educação de Adultos: ninguém pode ficar para trás**

Data: 20 de setembro de 2018

Local de realização: Auditório do Conselho Nacional de Educação

09h30

ABERTURA

João Costa

Secretário de Estado da Educação

Maria Emília Brederode Santos

Presidente do Conselho Nacional de Educação

Introdução

Rui Canário

Conselho Nacional de Educação

10h00

Painel: Literacia, competências e qualificações da população adulta

Patrícia Ávila

ISCTE - IU Lisboa

Natália Alves

IE – Universidade de Lisboa

Presidente da Mesa

Luís Capucha

Conselho Nacional de Educação

11h15

PAUSA

11h30

Painel: Formação Profissional para os menos qualificados

Paulo Feliciano

IEFP

Ana Cláudia Valente

ANQEP

Acir Meirelles

Rede Valorizar - Açores

Presidente da Mesa

José Luís Presa

Conselho Nacional de Educação

13h00 Almoço livre

14h30

Painel: Educação de Adultos e Adquiridos Experienciais

Carmen Cavaco

IE - Universidade de Lisboa

Luís Rothes

ESE – IP Porto

Rosanna Barros

Universidade do Algarve

Presidente da Mesa

Cristina Vieira

Conselho Nacional de Educação

15h45

Painel: Estratégias de Educação de Adultos em regiões do “interior”

Abílio Amiguiinho

ISEP - IP Portalegre

Fernando Ilídio Ferreira

IE - Universidade do Minho

José Bravo Nico

Universidade de Évora

Presidente da Mesa

Lucília Salgado

ESE – IP Coimbra

16h45

Painel: Educação de Adultos e Democracia

Alberto Melo

APCEP

Licínio Lima

IE - Universidade do Minho

Presidente da Mesa

Rui Canário

Conselho Nacional de Educação

Seminário – Os Direitos Humanos Hoje- 70 anos da Declaração Universal

Data: 26 de novembro de 2018

Local de realização: Auditório do Conselho Nacional de Educação

10 horas

ABERTURA

Vital Moreira

Comissário das Comemorações dos 70 anos da Declaração Universal dos Direitos do Humanos

Maria Emília Brederode Santos

Presidente do Conselho Nacional de Educação

10h30

Os 70 anos da DUDH – História para compreender

Fernando Rosas

Universidade Nova de Lisboa

Presidente da Mesa

Joana Brocardo

Conselho Nacional de Educação

11h15 Pausa para café

11h30

Filme: Balada de um Batráquio

Realização de Leonor Teles (galardoado com o Urso de Ouro para a Melhor Curta-metragem, Festival de Berlim - Berlinale Shorts – 2016)

11h45

PAINEL 1 - E se fosse hoje? Que direitos escolheríamos?

Filipa Reis

Produtora cinematográfica

Luísa Pinheiro

Presidente da Associação Cabelos Brancos

Maria João Leote

CICS.Nova

Paulo Guinote

AE Mouzinho da Silveira, Baixa da Banheira

Presidente da mesa

Pedro Calado

Conselho Nacional de Educação

12h45

DEBATE

13h00

Almoço Livre

14h30

Educar para os direitos humanos, educar para o direito

José António Pinto Ribeiro

Fundador do Fórum Justiça e Liberdades

Presidente da mesa

Cristina Vieira

Conselho Nacional de Educação

15h15

PAINEL 2 - Educar hoje para os direitos de amanhã

António Castel-Branco

Diretor do AE Ferreira de Castro, Sintra

Catarina Marcelino Gomes

Centro de Direitos Humanos, Faculdade de Direito – Universidade de Coimbra

João Jaime Pires

Diretor da ES Camões

Teresa Paixão

Diretora da RTP2

Presidente da mesa

David Rodrigues

Conselho Nacional de Educação

16h15

DEBATE

16h30

SÍNTESE

Joana Brocardo

Conselho Nacional de Educação

David Rodrigues

Conselho Nacional de Educação

17h00

Sessão de Encerramento

Maria Emília Brederode Santos

Presidente do Conselho Nacional de Educação

Pedro Bacelar de Vasconcelos

Presidente da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias - AR

Fórum – **IV FILM - Fórum Informal sobre Literacia Mediática**

Data: 6 de dezembro de 2018

Local de realização: Auditório do Conselho Nacional de Educação

10h30

ABERTURA

Maria Emília Brederode Santos
Conselho Nacional de Educação e GILM

João Cravinho
Conselho Nacional de Educação

Mário Mesquita
Entidade Reguladora para a Comunicação Social

11h00

PAINEL I - Competências digitais e mediáticas: de que falamos?

Manuel Pinto
Universidade do Minho e GILM

João Marecos
TLDR Global

Paulo Pena
Diário de Notícias

Pedro Guedes de Oliveira
INCoDe.2030

Moderadora

Rosalia Vargas
Conselho Nacional de Educação

12h30 Almoço Livre

14h00

PAINEL II - Competências digitais e mediáticas: como as trabalhamos?

Adelina Moura
AE Carlos Amarante

Pedro Teixeira
Happycode

Rui Marques Vieira
Universidade de Aveiro

Guilhermina Miranda
Instituto de Educação da Universidade de Lisboa

Moderador

Manuel Miguéns
Conselho Nacional de Educação

15h30

INTERVALO

16h00

PAINEL III - Competências digitais e mediáticas: com que redes?

Manuela Silva
Rede de Bibliotecas Escolares

Maria João Horta
Direção-Geral da Educação

João Paulo Proença
Agrupamento de Escolas Carlos Gargaté

Assunção Flores
Universidade do Minho

Moderadora

Sara Pereira
Universidade do Minho/CECS e GILM

17h30

SÍNTESE

Margarida Toscano
Rede de Bibliotecas Escolares e GILM

Sérgio Gomes da Silva
Presidência do Conselho de Ministros e GILM

17h45

Encerramento

Competências digitais e mediáticas: que futuro?

Teresa Calçada
Plano Nacional de Leitura e GILM

